

**DGPJ**

Direcção-Geral da Política de Justiça

# OS NÚMEROS DA JUSTIÇA 2010

Principais indicadores das Estatísticas da Justiça



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Edição da



Direcção-Geral da Política de Justiça

Av. Óscar Monteiro Torres, 39

1000-216 Lisboa

Tel: 21 792 40 00, Fax: 21 792 40 90

<http://www.dgpj.mj.pt>

[correio@dgpj.mj.pt](mailto:correio@dgpj.mj.pt)

Dezembro de 2011

## **Índice**

Apresentação .....	7
1. Os tribunais e o seu funcionamento .....	7
1.1. Funcionamento do Tribunal Constitucional .....	8
<b>Gráficos</b>	
Movimento de processos no Tribunal Constitucional (2006-2010)	
Processos pendentes no Tribunal Constitucional, segundo a área processual (2010)	
1.2. Funcionamento do Tribunal de Contas .....	9
<b>Gráficos</b>	
Processos de visto findos no Tribunal de Contas, segundo a decisão (2010)	
1.3. Funcionamento dos Tribunais Judiciais .....	10
1.3.1. Profissionais da Justiça .....	10
<b>Gráficos</b>	
Profissionais da justiça (2010)	
Magistrados e funcionários judiciais em funções nos tribunais judiciais (31 de Dezembro de 2006-2010)	
Média de processos, por magistrado e por funcionário judicial (2010)	
Advogados e advogados estagiários inscritos (31 de Dezembro de 2006-2010)	
Solicitadores e solicitadores estagiários inscritos (31 de Dezembro de 2006-2010)	
1.3.2. Tribunais judiciais de 1ª instância .....	12
<b>Gráficos</b>	
Movimento de processos nos tribunais judiciais de 1ª instância (2006-2010)	
Saldo processual (entrados - findos) nos tribunais judiciais de 1ª instância (2006-2010)	
Volume de cada área processual no total de processos pendentes nos tribunais judiciais de 1ª instância (2010)	
Duração média dos processos findos (em meses) nos tribunais judiciais de 1ª instância (2010)	
1.3.3. A Justiça cível .....	15
<b>Gráficos</b>	
Processos cíveis entrados nos tribunais judiciais de 1ª instância, segundo a espécie (2010)	
Acções executivas entradas nos tribunais judiciais de 1ª instância, segundo o objecto de acção (2010)	
Duração média das acções executivas findas, por comarca (2010)	
1.3.4. A Justiça penal .....	17
1.3.4.1. Processos crime na fase de inquérito .....	17
1.3.4.2. Processos crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.ª instância ...	18

<b>Gráficos</b>	
Processos de inquérito findos (2006-2010)	
Processos de inquérito suspensos (31 de Dezembro de 2006-2010)	
Processos crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1ª instância, segundo alguns tipos de crime (2010)	
Arguidos em processos crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1ª instância, condenados e não condenados (2007-2010)	
Duração média de alguns processos crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1ª instância (2010)	
Duração média de processos crime na fase de julgamento findos, por comarca (2010)	
<b>1.3.5. A Justiça laboral .....</b>	<b>21</b>
<b>Gráficos</b>	
Processos laborais entrados nos tribunais judiciais de 1ª instância (2006-2010)	
Processos laborais entrados nos tribunais judiciais de 1ª instância, segundo o tipo de objecto de acção (2010)	
<b>1.3.6. A Justiça tutelar .....</b>	<b>22</b>
<b>Gráficos</b>	
Movimento de processos tutelares nos tribunais judiciais de 1ª instância, segundo a espécie (2010)	
<b>1.3.7. Tribunais judiciais superiores .....</b>	<b>22</b>
<b>Gráficos</b>	
Movimento de processos nos tribunais judiciais superiores (2006-2010)	
Peso de cada área processual nos processos pendentes nos tribunais judiciais superiores (2010)	
Duração média (em meses) dos processos findos nos tribunais judiciais superiores (2010)	
<b>1.4. Funcionamento dos julgados de paz.....</b>	<b>24</b>
<b>Gráficos</b>	
Processos entrados nos julgados de paz, segundo o objecto de acção (2010)	
Processos findos, nos julgados de paz, segundo o termo (2010)	
<b>1.5. Funcionamento dos centros de arbitragem.....</b>	<b>24</b>
<b>Gráficos</b>	
Processos findos nos centros de arbitragem, segundo o objecto de litígio (2010)	
<b>2. Criminalidade registada.....</b>	<b>25</b>
<b>Gráficos</b>	
Criminalidade registada pelas autoridades policiais (2006-2010)	
Alguns crimes registados pelas autoridades policiais (2010)	
Crimes registados por 1000 habitantes (2010)	

2.1. Evolução de alguns tipos de crimes registados .....	27
<b>Gráficos</b>	
Crimes rodoviários registados pelas autoridades policiais (2006-2010)	
Crimes de furto e de roubo registados pelas autoridades policiais (2006-2010)	
2.2. Intervenientes em crimes registados e tipo de crime registado .....	28
<b>Gráficos</b>	
Notícias de crime e agentes / suspeitos (2010)	
3. Cumprimento de penas e reinserção social .....	28
3.1. Estabelecimentos prisionais.....	28
<b>Gráficos</b>	
Movimento de reclusos nos estabelecimentos prisionais (2006-2010)	
Reclusos condenados nos estabelecimentos prisionais, segundo o tipo de crime (31 de Dezembro de 2006-2010)	
Reclusos nos estabelecimentos prisionais, segundo a situação jurídica (31 de Dezembro de 2006-2010)	
Reclusos nos estabelecimentos prisionais, segundo o país de origem (31 de Dezembro de 2006-2010)	
3.2. Centros educativos.....	30
<b>Gráficos</b>	
Menores internados nos centros educativos, segundo o tipo de crime (2006-2010)	
Menores internados nos centros educativos, segundo o tipo de crime (2010)	
Menores internados nos centros educativos, segundo o sexo (2006-2010)	
Menores internados nos centros educativos, segundo a situação jurídica (2006-2010)	
3.3. Vigilância electrónica.....	32
<b>Gráficos</b>	
Penas e medidas aplicadas com recurso à vigilância electrónica (2006-2010)	
Penas e medidas aplicadas com recurso à vigilância electrónica, segundo a situação e respectiva variação percentual (2009-2010)	
4. Registos e Notariado .....	33
<b>Gráficos</b>	
Actos de registo praticados, segundo a área (2010)	
4.1. Registo Civil .....	34
4.1.1. Conservatórias do Registo Civil .....	34
<b>Gráficos</b>	
Assentos lavrados no Registo Civil, segundo o tipo (2010)	
4.2. Registo Predial.....	34
<b>Gráficos</b>	

Inscrições efectuadas no Registo Predial, segundo o tipo de acto (2010)	
4.3. Registo Comercial .....	35
<b>Gráficos</b>	
Inscrições efectuadas no Registo Comercial, segundo o tipo de acto (2010)	
4.4. Registo Automóvel .....	35
<b>Gráficos</b>	
Actos praticados no Registo Automóvel, segundo o tipo de acto (2010)	
4.5. Registo Nacional de Pessoas Colectivas .....	36
<b>Gráficos</b>	
Actos praticados no Registo nacional de Pessoas Colectivas, segundo o tipo de acto (2010)	
4.6. Notariado .....	36
<b>Gráficos</b>	
Principais actos praticados por escritura pública (2010)	
Principais actos praticados por escritura pública, segundo o distrito (2010)	
NOTA TÉCNICA.....	38

## **Apresentação**

As estatísticas permitem-nos conhecer a realidade através da análise e interpretação dos dados numéricos recolhidos.

A Direcção-Geral da Política de Justiça, entidade responsável pela informação estatística na área da Justiça, propõe nas páginas que se seguem, uma viagem pelos principais números da Justiça relativos ao ano de 2010, procurando dar a conhecer de forma sucinta esta realidade.

Nesta pequena compilação terá oportunidade de conhecer melhor:

- o funcionamento dos tribunais;
- a criminalidade registada no nosso país;
- o funcionamento das prisões, centros educativos e outras formas de cumprimento de penas;
- o funcionamento dos registos e notariado.

Se pretender obter informações mais completas e aprofundadas convidamo-lo a consultar o Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ), uma base de dados interactiva disponível online em [www.dgpi.mj.pt](http://www.dgpi.mj.pt)

### **1. Os tribunais e o seu funcionamento**

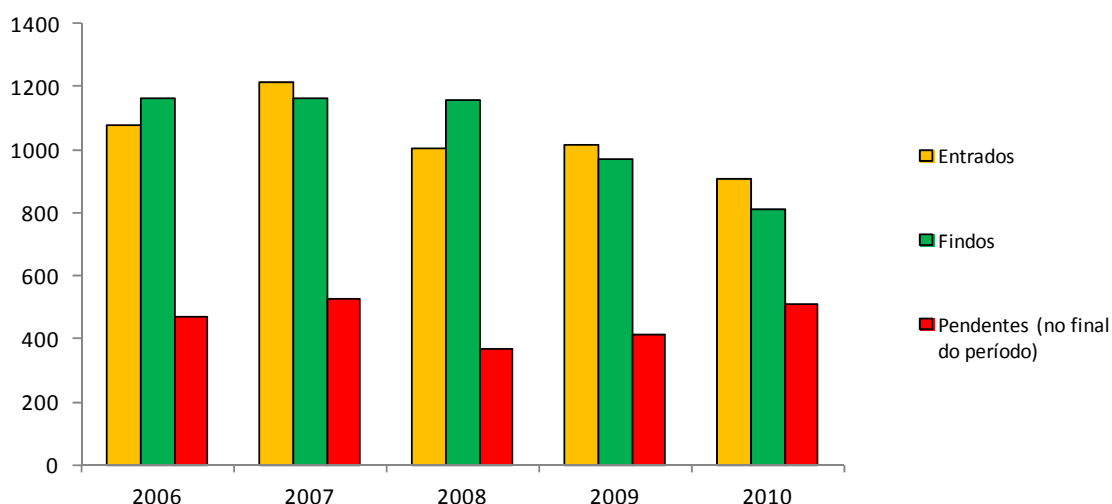
Em Portugal, os tribunais dividem-se pelas seguintes categorias:

- *Tribunal Constitucional*, que desempenha um papel de particular relevância, uma vez que funciona como garante da Constituição da República Portuguesa, verificando, em último grau, se as normas jurídicas respeitam a Constituição. Para além disso, tem também competências relacionadas com o processo eleitoral e com os partidos políticos, nomeadamente o seu financiamento;
- *Tribunal de Contas*, entidade à qual cabe a fiscalização da legalidade das despesas públicas. Este tribunal está encarregado, por exemplo, de analisar e dar parecer sobre a Conta Geral do Estado;

- *Tribunais judiciais*, que correspondem à maioria dos tribunais existentes no nosso país e têm competência para julgar a maior parte dos litígios entre cidadãos e/ou empresas. Das decisões dos tribunais judiciais de 1.ª instância (que são actualmente 321 no total e correspondem, em regra, aos tribunais de comarca, por exemplo, Tribunal da Comarca de Faro) é possível, nalguns casos, recorrer para um dos tribunais da Relação (que são 5 e estão localizados em Lisboa, Porto, Coimbra, Évora e Guimarães) e desses para o Supremo Tribunal de Justiça;
- *Tribunais administrativos e fiscais*, que são os tribunais competentes na maior parte dos casos em que uma das partes é o Estado ou outra entidade pública. Das decisões dos 16 tribunais administrativos e fiscais de 1.ª instância existentes é possível, nalguns casos, recorrer para um dos 2 tribunais centrais administrativos (localizados em Lisboa e Porto) e daí para o Supremo Tribunal Administrativo;
- *Julgados de Paz*, que são entidades competentes para resolver alguns dos litígios da competência dos tribunais judiciais, desde que o valor em causa não seja superior a € 5000. Os julgados de paz privilegiam a relação de proximidade e informalidade com os cidadãos que a eles recorrem, procurando estimular a justa composição dos litígios por acordo das partes. Neste momento existem 25 julgados de paz em funcionamento em Portugal;
- *Tribunais arbitrais*, que são tribunais privados que decidem litígios que lhes são submetidos pelas partes mediante convenção de arbitragem. Se em causa estiver um direito a que as partes podem renunciar, estas podem optar por escolher um ou mais árbitros para decidirem o caso, em vez de recorrerem ao tribunal do Estado. A decisão dos árbitros produz os mesmos efeitos que uma sentença de um tribunal do Estado.

### 1.1. Funcionamento do Tribunal Constitucional

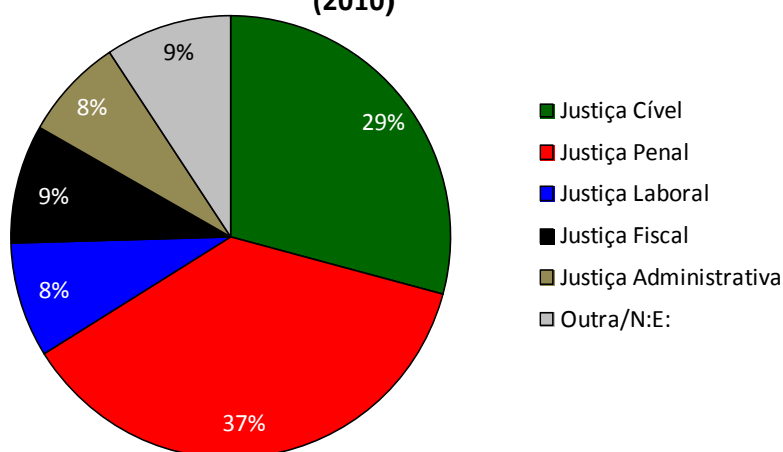
Movimento de processos no Tribunal Constitucional (2006-2010)





Depois de um pico atingido em 2007, o número de processos entrados e findos no Tribunal Constitucional apresenta uma tendência de decréscimo em 2008, 2009 e 2010. Por seu turno, o número de processos pendentes apresenta uma tendência de crescimento desde 2008, encontrando-se em 2010 a níveis comparáveis aos de 2007.

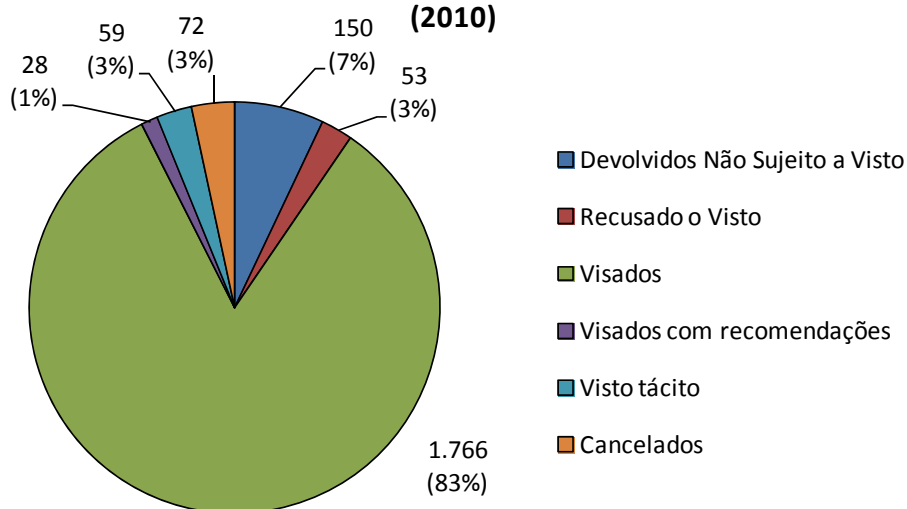
**Processos findos no Tribunal Constitucional, segundo a área processual (2010)**



Do total de processos findos, a maioria corresponde a processos da área penal (37%) e da área cível (29%).

### 1.2. Funcionamento do Tribunal de Contas

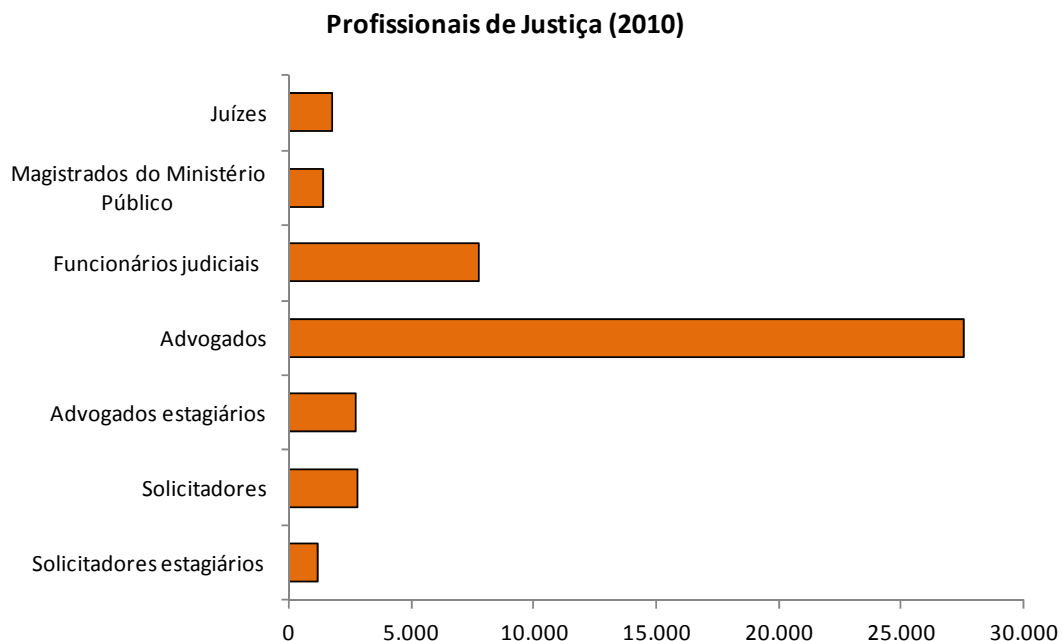
**Processos de visto findos no Tribunal de Contas, segundo a decisão (2010)**



Do total de processos de visto findos no Tribunal de Contas, a maioria finaliza como visados (83%) e apenas uma pequena percentagem (3%) com a recusa do visto.

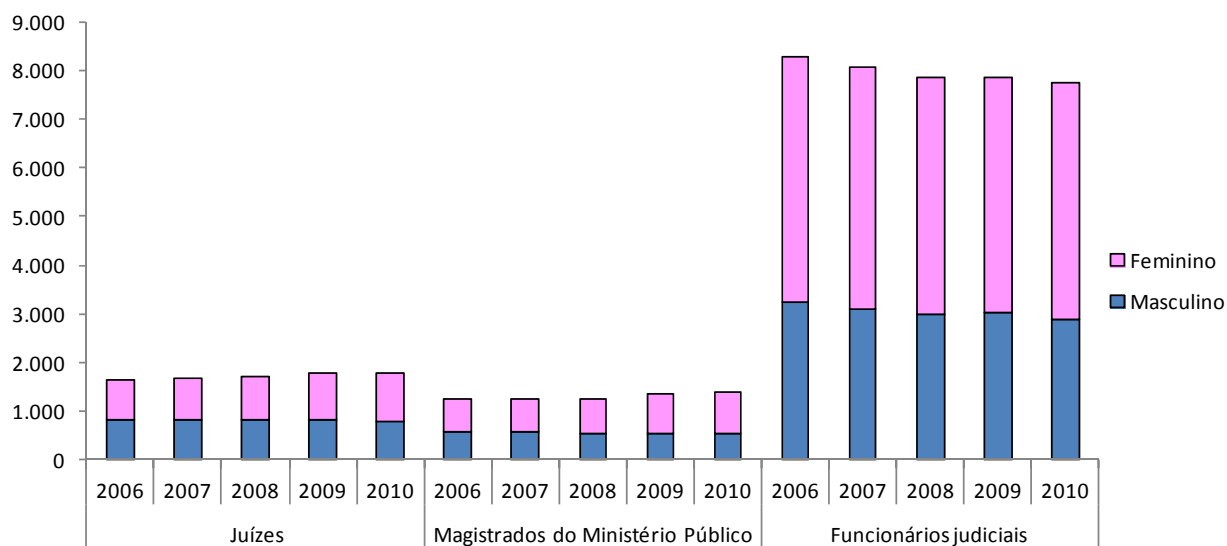
### 1.3. Funcionamento dos Tribunais Judiciais

#### 1.3.1. Profissionais da Justiça



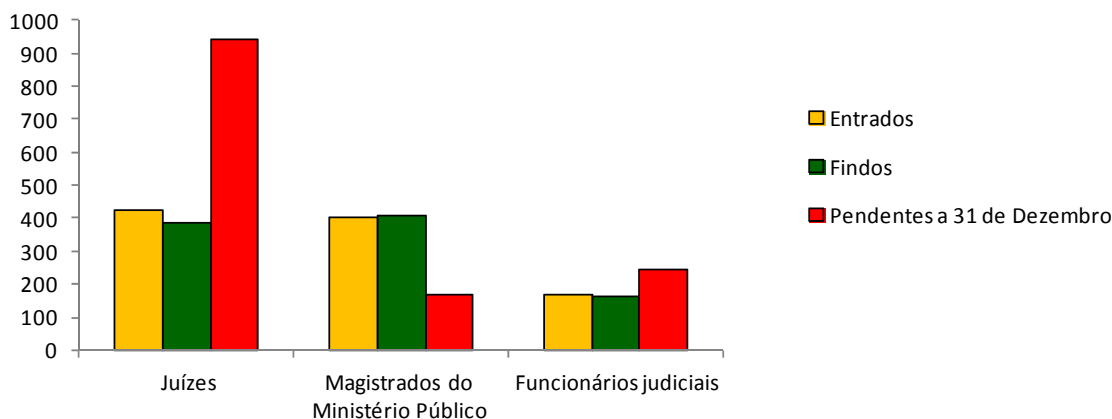
A observação da figura anterior revela que, por larga margem, os advogados são os profissionais da Justiça em maior número em Portugal, seguidos dos funcionários judiciais com um valor, no entanto, correspondente a menos de um terço dos primeiros.

**Magistrados e funcionários judiciais em funções nos tribunais judiciais (31 de Dezembro 2006-2010)**



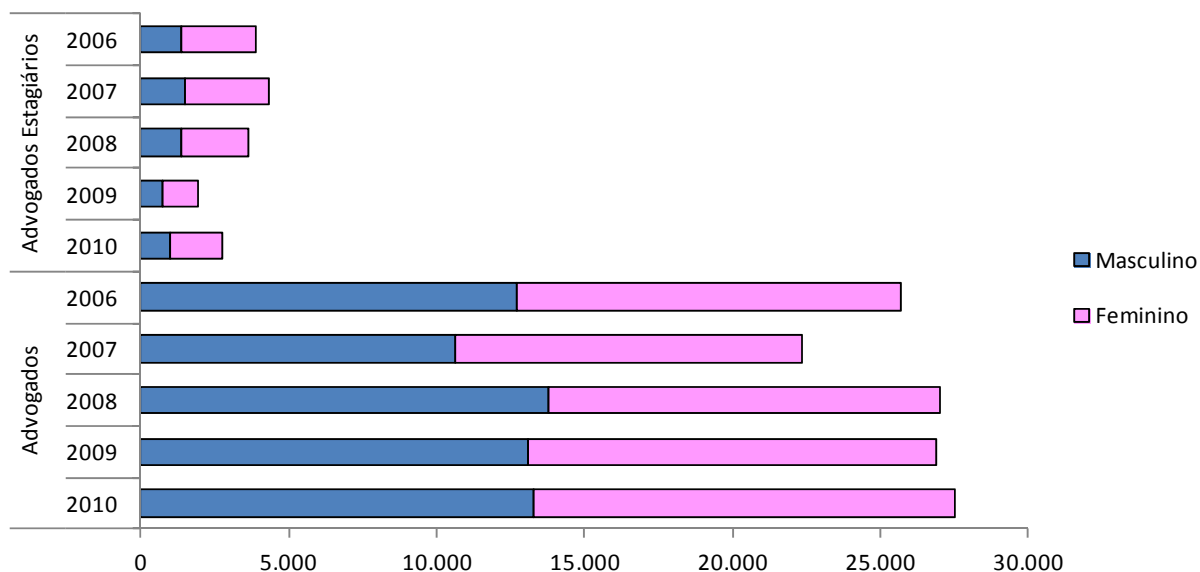
No que respeita aos juízes e magistrados do Ministério Público, verifica-se uma tendência moderada, mas persistente, de aumento do seu número, entre 2006 e 2010. Já o número de funcionários judiciais, isto é dos funcionários que trabalham nas secretarias dos tribunais e nos serviços do Ministério Público, sofre um decréscimo entre 2006 e 2010.

### Média de processos, por magistrado e por funcionário judicial (2010)



Em 2010, é possível observar que tanto juízes como funcionários judiciais receberam, em média, mais processos do que aqueles que conseguiram terminar. O inverso acontece com os magistrados do Ministério Público que, em 2010, findaram em média mais processos do que aqueles que receberam<sup>1</sup>.

### Advogados e advogados estagiários inscritos (31 de Dezembro de 2006-2010)

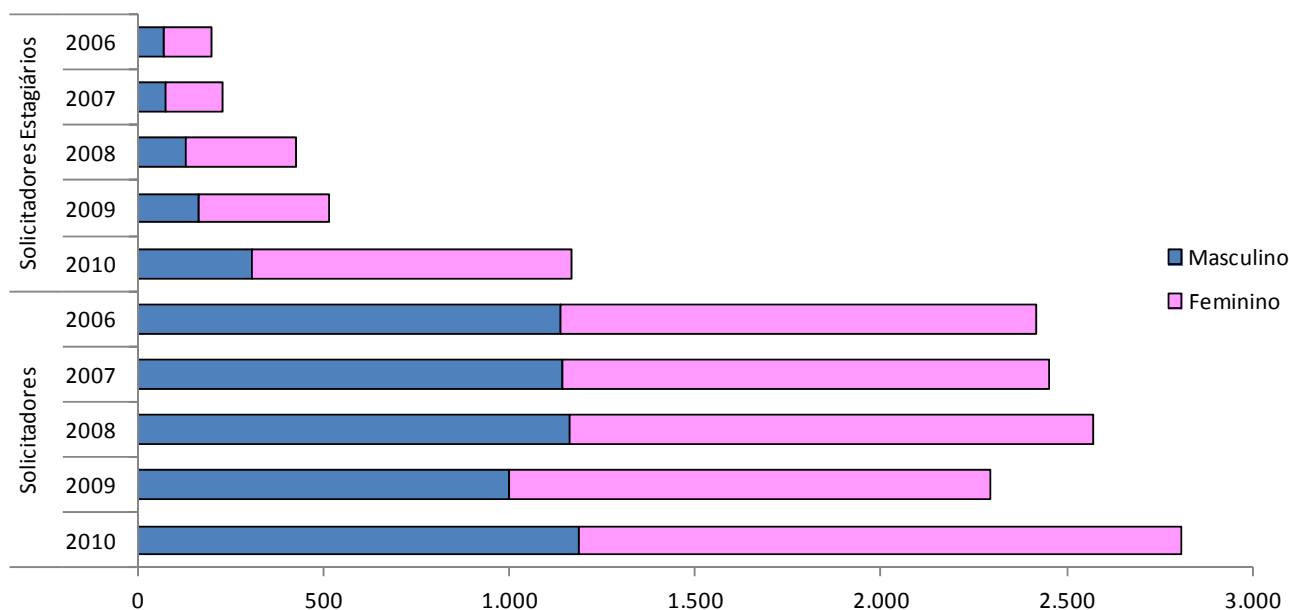


Apesar da tendência de declínio no número de advogados estagiários inscritos entre 2006 e 2009, tendência essa invertida em 2010, o número total de advogados inscritos apresenta no mesmo período uma tendência de aumento, tendo, no entanto, decrescido em 2007<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> O número de processos nos tribunais judiciais não inclui os processos de execução de penas.

<sup>2</sup> No ano de 2009 está em falta a informação do Círculo Judicial do Funchal, respeitante ao número de advogados estagiários.

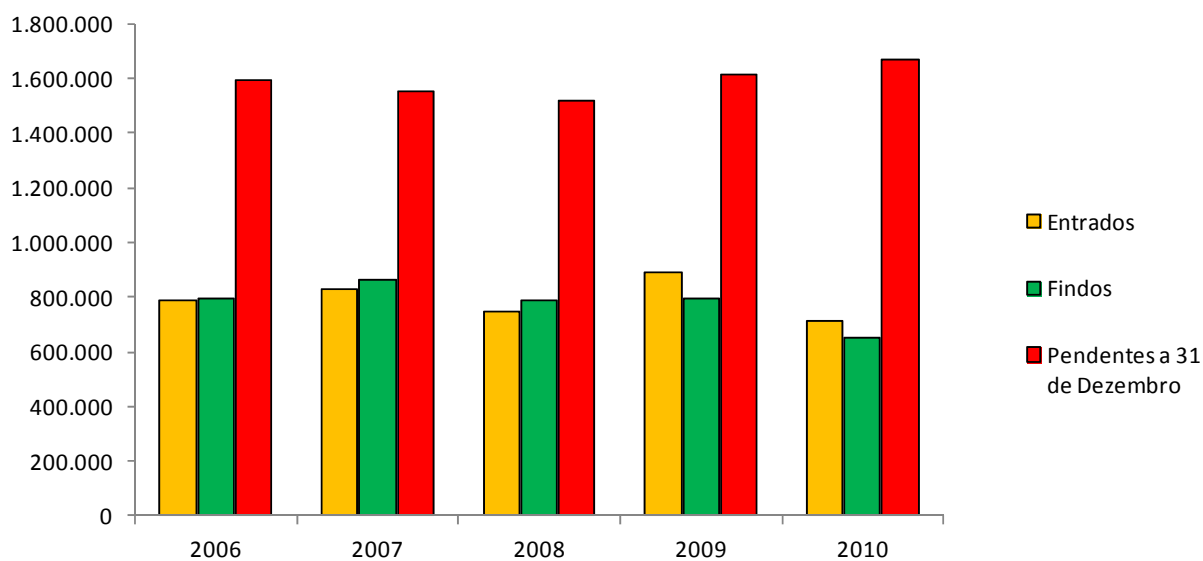
### Solicitadores e solicitadores estagiários inscritos (31 de Dezembro de 2006-2010)



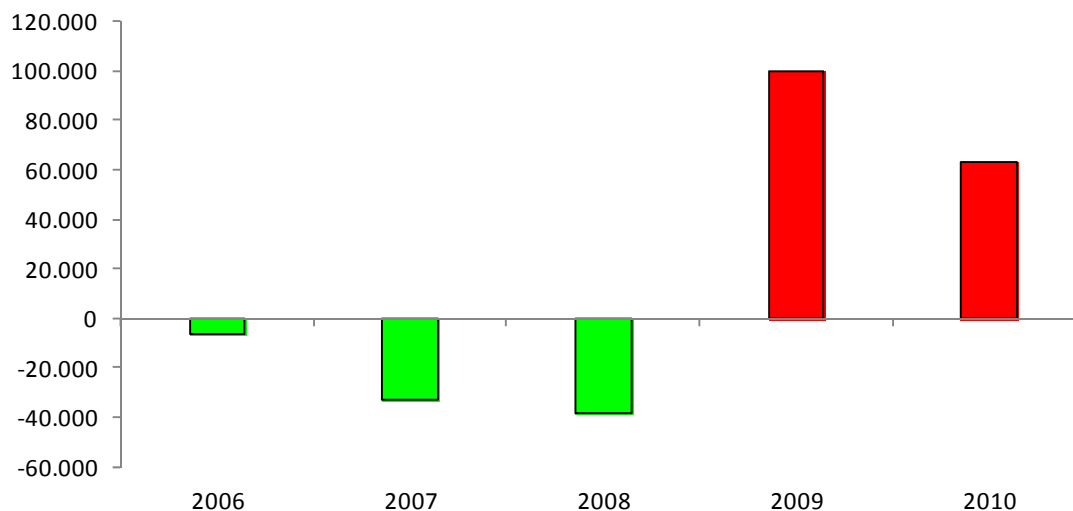
O número de solicitadores inscritos aumenta consistentemente entre 2006 e 2010, tendo, no entanto, decrescido em 2009. O decréscimo verificado em 2009 é parcialmente compensado pelo crescimento no número de solicitadores estagiários inscritos em 2009.

### 1.3.2. Tribunais judiciais de 1ª instância

#### Movimento de processos nos tribunais judiciais de 1.ª instância (2006-2010)

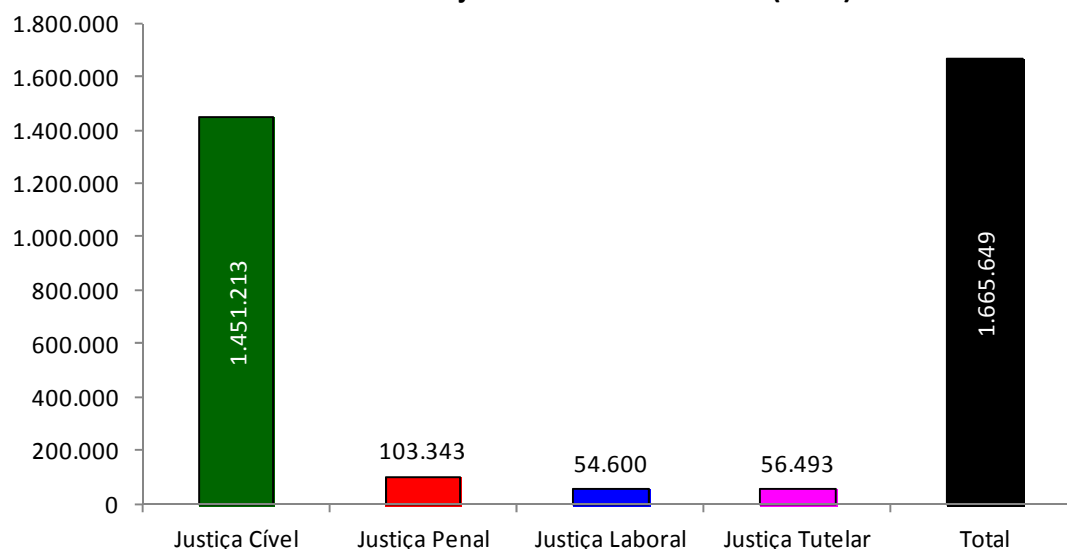


### Saldo processual (entrados - findos) nos tribunais judiciais de 1ª instância (2006-2010)



Como é possível observar nas figuras anteriores, o número de processos findos é superior ao número de processos entrados durante os anos de 2006, 2007 e 2008. Por isso, o saldo processual (processos entrados – processos findos) durante esses anos é favorável, tendo-se traduzido numa redução do número de processos pendentes<sup>3</sup>.

### Volume de cada área processual no total de processos pendentes nos tribunais judiciais de 1ª instância (2010)



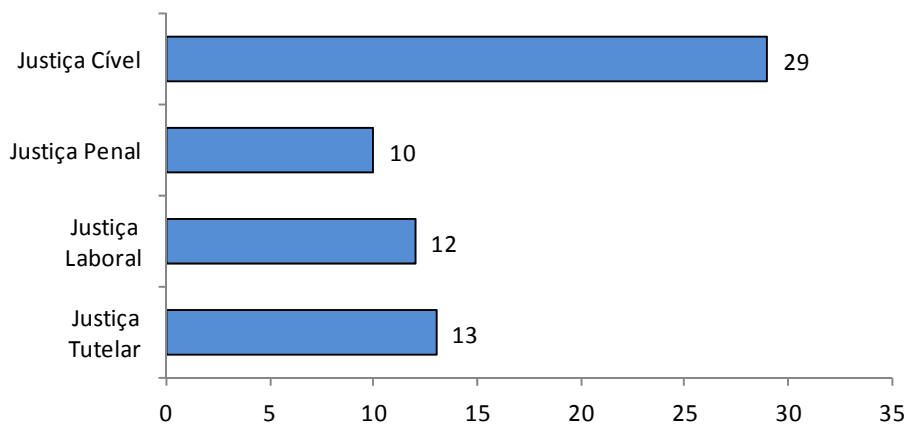
A figura anterior<sup>4</sup> permite observar que o número total de processos pendentes nos tribunais judiciais de 1.ª instância é claramente dominado pelo número de processos da área cível,

<sup>3</sup> Os dados de 2010 não incluem os processos de execução de penas.

<sup>4</sup> Não inclui a Justiça Laboral Penal e Justiça Militar.

área esta que, de forma bastante simplificada, diz respeito à grande maioria dos litígios entre privados, excepto os que respeitam às relações de trabalho (Justiça Laboral).

**Duração média dos processos findos (em meses) nos tribunais judiciais de 1ª instância (2010)**



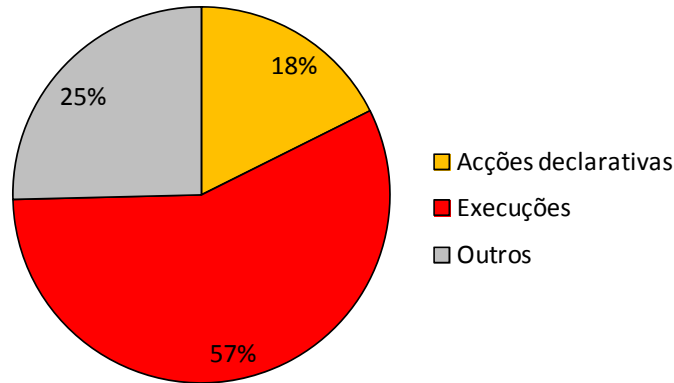
De igual modo, a duração média dos processos findos<sup>5</sup> é dominada pelo contributo da área cível. Estes processos duram, em média, mais do dobro do que os processos em qualquer uma das restantes áreas processuais.

---

<sup>5</sup> Os dados apresentados na figura não incluem a Justiça Laboral Penal e Justiça Militar.

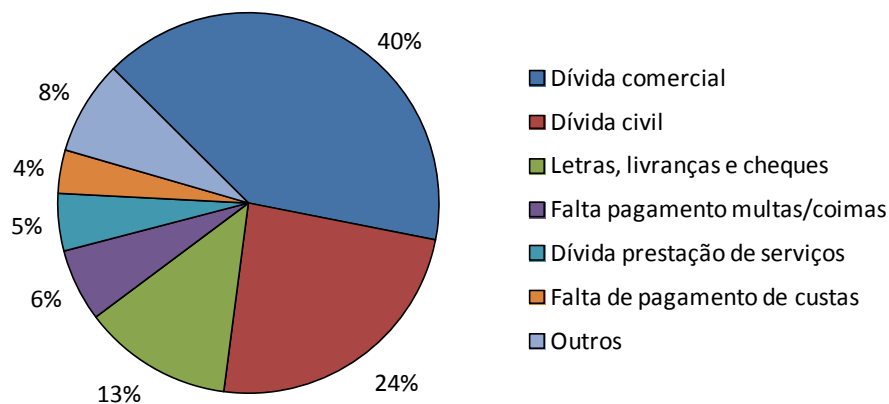
### 1.3.3. A Justiça cível

**Processos cíveis entrados nos tribunais judiciais de 1ª instância, por espécie (2010)**



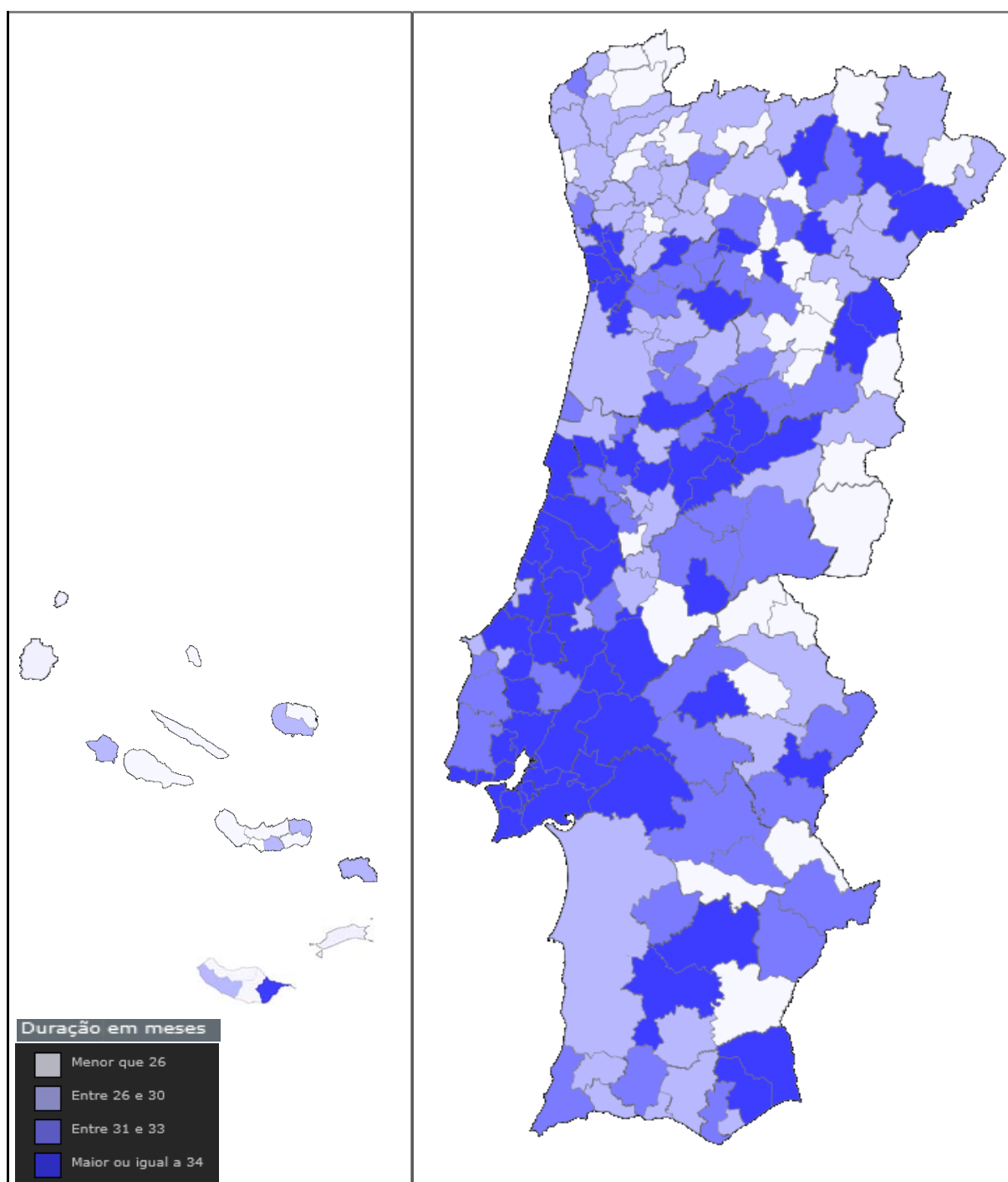
Nota: Os outros processos correspondem a acções especiais, procedimentos cautelares e outros.

**Acções executivas entradas nos tribunais judiciais de 1ª instância, segundo o objecto de acção (2010)**



Relativamente aos processos cíveis entrados em 2010, é importante constatar que quase 60% correspondem a acções executivas, ou seja acções destinadas a obter de forma coerciva o pagamento de dívidas, a entrega de bens ou determinada actuação. Dessas acções executivas, quase 70% correspondem à cobrança de dívidas.

### Duração média das ações executivas findas, por comarca (2010)



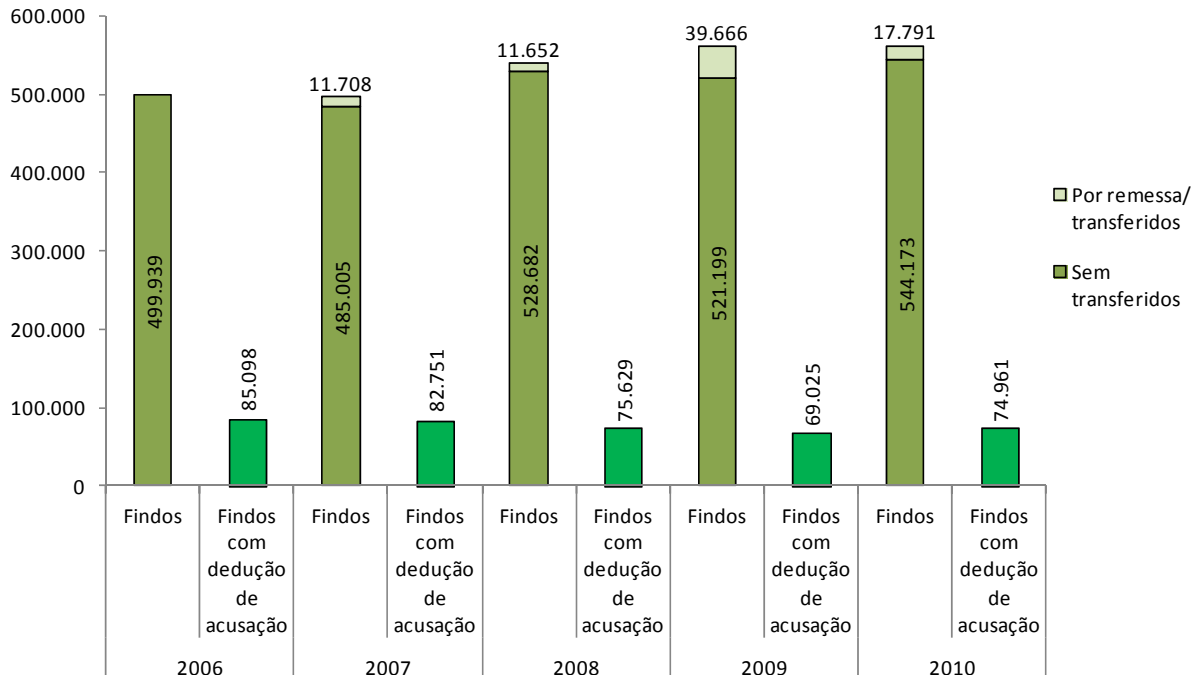
A observação da distribuição geográfica da duração média das ações executivas findas permite concluir que existe uma tendência para a concentração de durações médias mais elevadas nas comarcas do litoral centro do país.



### 1.3.4. A Justiça penal

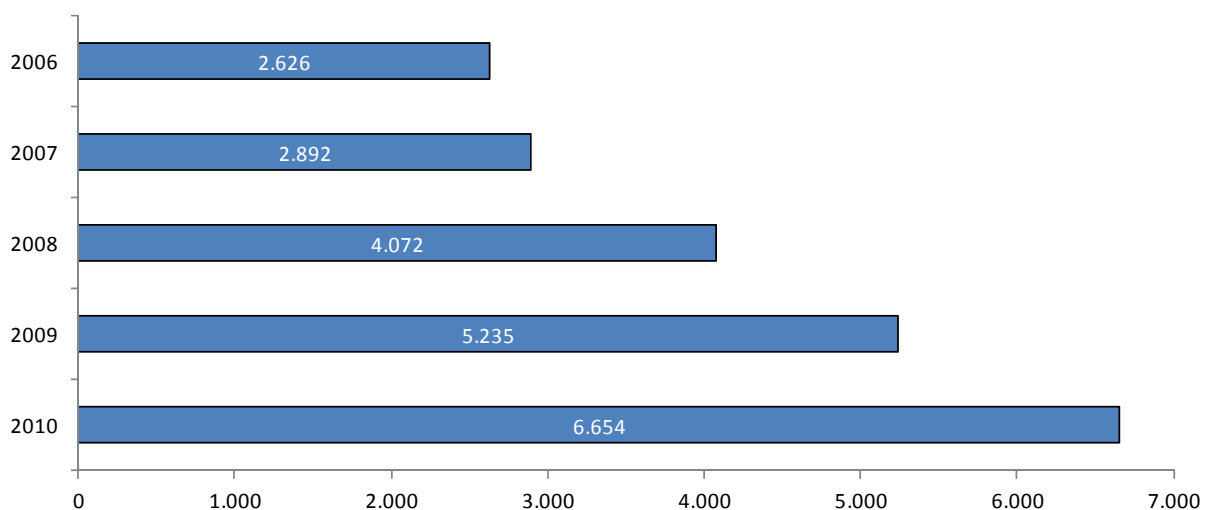
#### 1.3.4.1. Processos crime na fase de inquérito

**Processos de inquérito findos (2006-2010)**



Relativamente ao número de inquéritos findos<sup>6</sup> entre 2006 e 2010, verifica-se uma tendência moderada para o seu aumento, particularmente a partir de 2007. Nos processos de inquérito findos com dedução de acusação verifica-se uma diminuição do seu número entre 2006 e 2009, tendo este valor aumentado em 2010.

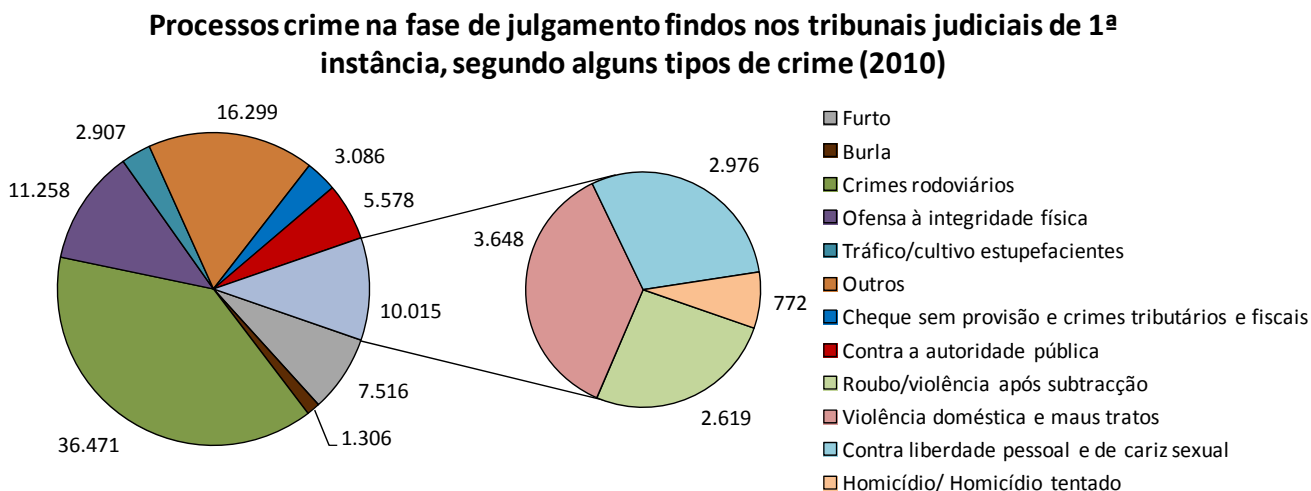
**Processos de inquérito suspensos (31 de Dezembro 2006-2010)**



<sup>6</sup> Só estão incluídos os inquéritos penais.

O número de processos de inquérito suspensos apresenta uma tendência de aumento acentuada entre 2006 e 2010, particularmente a partir de 2007.

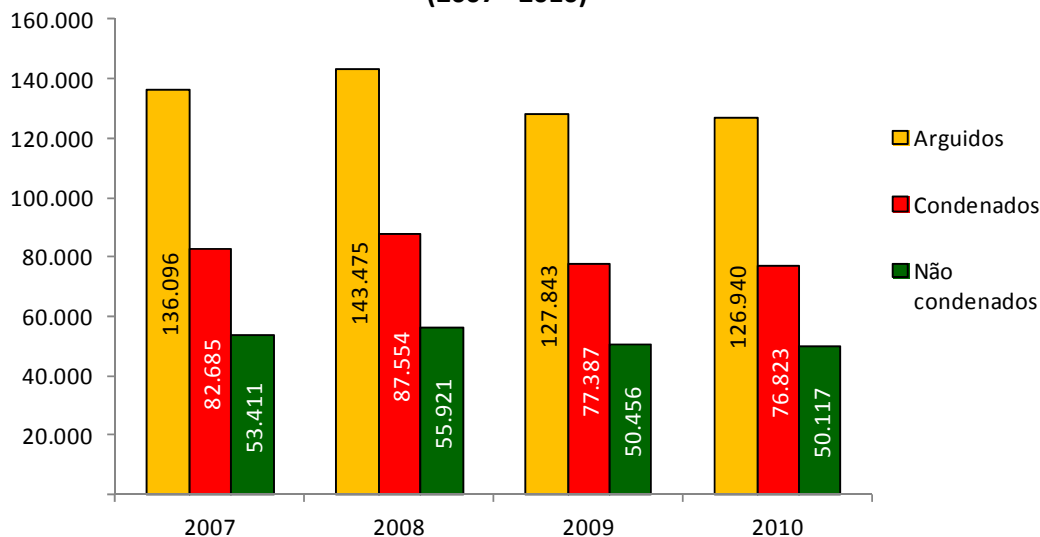
### 1.3.4.2. Processos crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.ª instância



Os tipos de crime apresentados são os mais frequentes entre os processos crime em fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.ª instância.

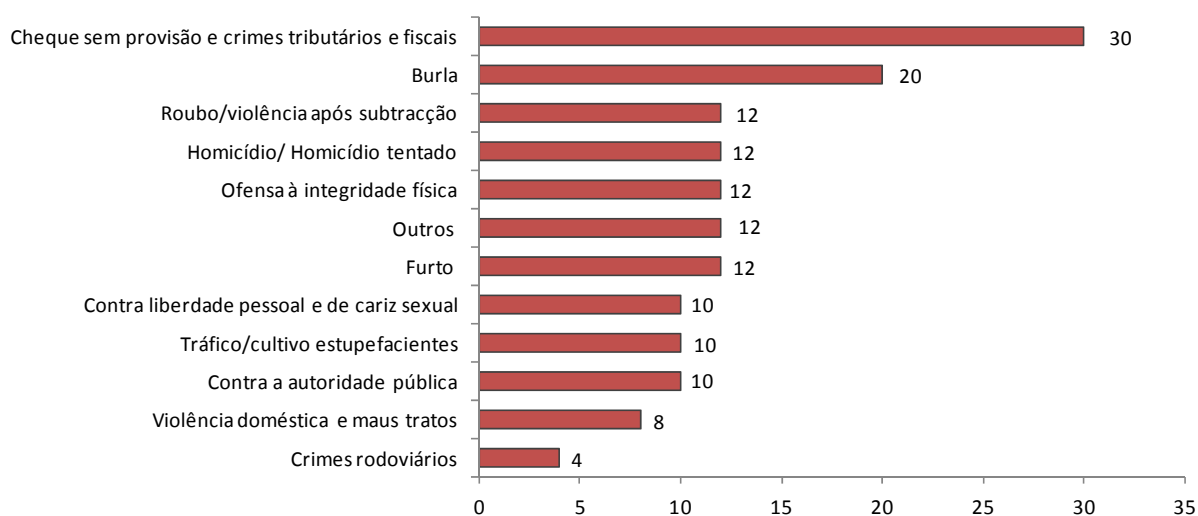
Os crimes com maior peso no total de processos crime na fase de julgamento findos em 2010 são os crimes rodoviários, isto é os crimes de condução com taxa de álcool superior a 1,2 g/l, de condução sem habilitação legal, de condução perigosa de veículo rodoviário e os outros crimes contra a segurança das comunicações, seguidos dos crimes de ofensa à integridade física.

### Arguidos em processos crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1ª instância, condenados e não condenados (2007 - 2010)



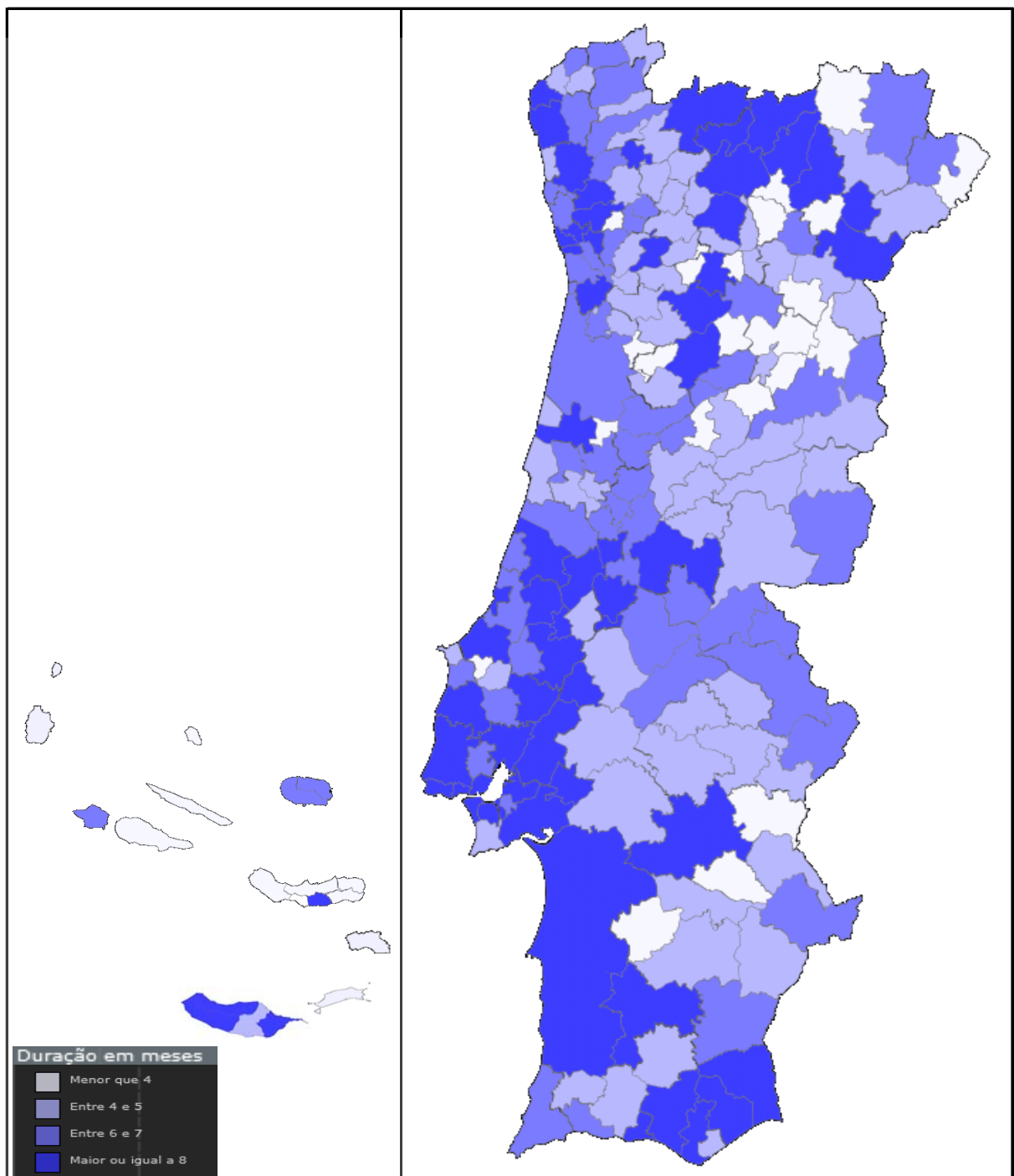
Quando comparado com 2007, 2008 e 2009, 2010 revela-se o ano em que se verifica o menor número de arguidos julgados em processos crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.ª instância. Verifica-se igualmente que, em todos os anos, o número de condenados é superior ao número de não condenados numa proporção de cerca de 60% para 40%, respectivamente.

#### **Duração média de alguns processos crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1ª instância (2010)**



A duração média de um processo crime varia em função da sua especificidade. No caso dos tipos de crimes apresentados na figura anterior, é possível constatar que aqueles que apresentam maior duração média são o crime de emissão de cheque sem provisão e os crimes tributários e fiscais, que duram, em média quase dez vezes mais do que os processos relativos a crimes rodoviários, que são os mais céleres.

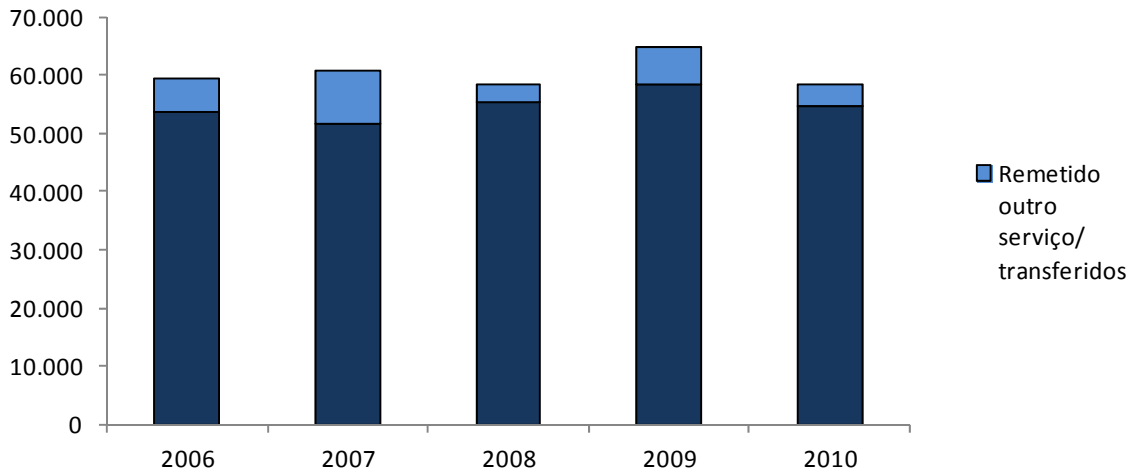
**Duração média de processos-crime na fase de julgamento findos, por comarca (2010)**



A observação da distribuição geográfica da duração média dos processos-crime na fase de julgamento permite concluir que existe uma tendência para durações médias mais elevadas nas comarcas do litoral e do interior norte do país.

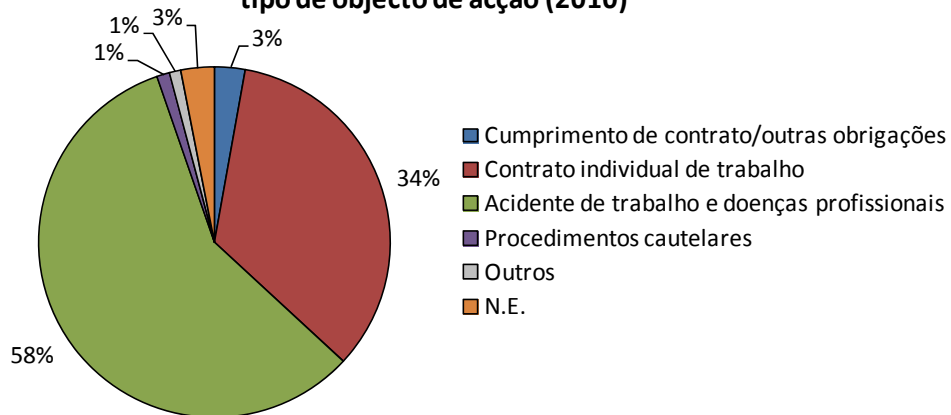
### 1.3.5. A Justiça laboral

**Processos laborais entrados nos tribunais judiciais de 1ª instância (2006-2010)**



É possível observar, na figura anterior, a diminuição do número de processos de trabalho entrados nos tribunais judiciais de 1.ª instância em 2007, seguida de aumentos nos anos posteriores. Em 2010 o número destes processos entrados volta a sofrer uma redução.

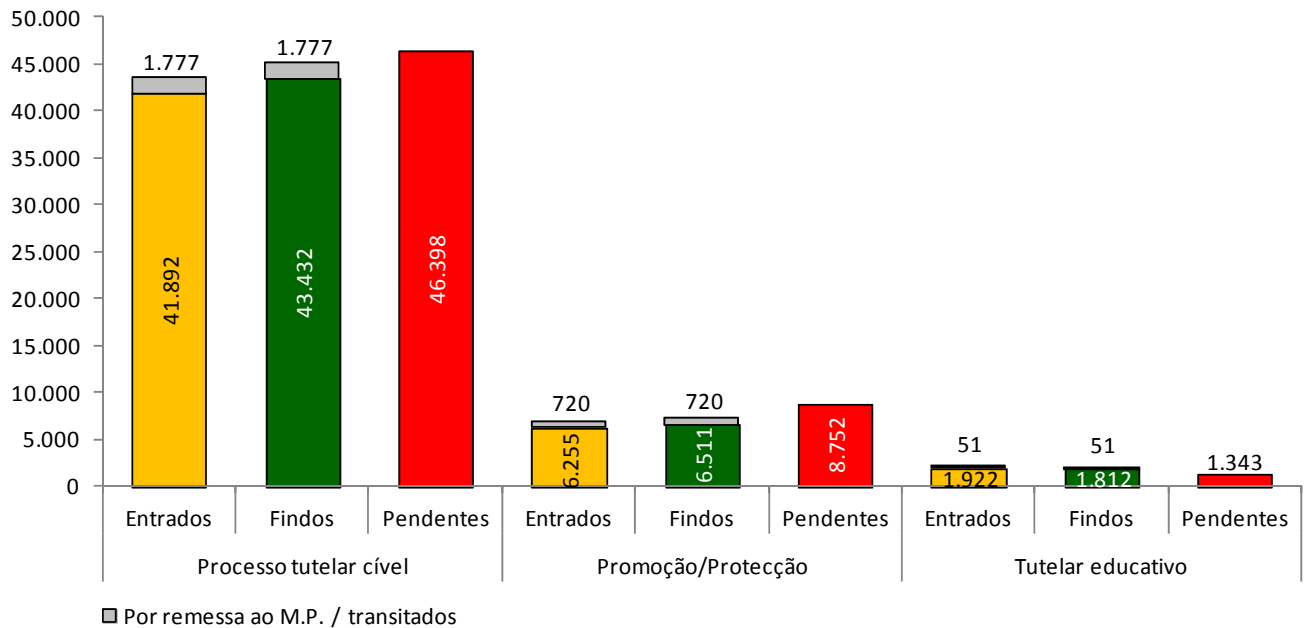
**Processos laborais entrados nos tribunais de 1ª instância, segundo o tipo de objecto de acção (2010)**



Fazendo incidir o foco sobre o objecto de acção desses processos entrados, no ano de 2010, é possível apurar que a maioria corresponde a processos relacionados com acidentes de trabalho e doenças profissionais (cerca de 58%).

### 1.3.6. A Justiça tutelar

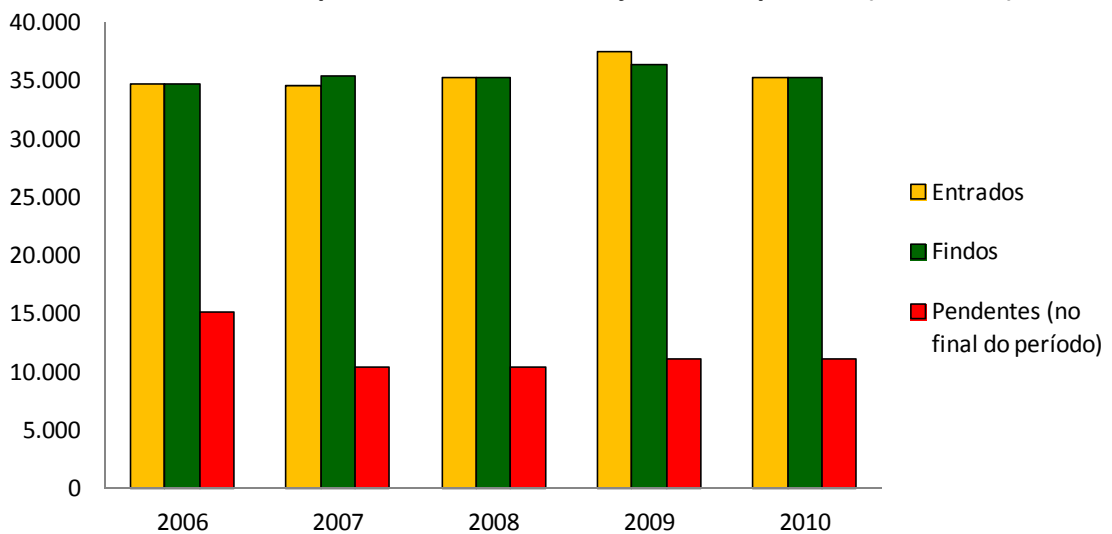
Movimento de processos tutelares nos tribunais judiciais de 1ª instância, segundo a espécie (2010)



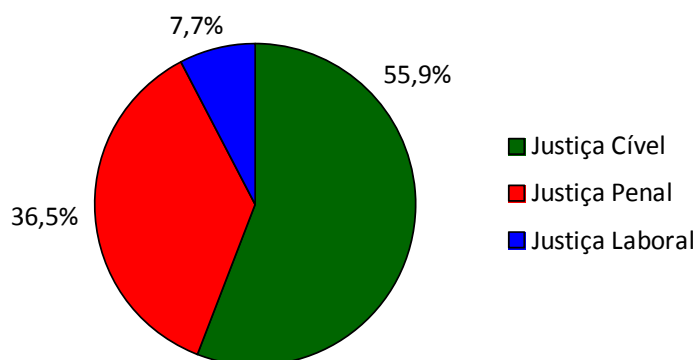
No que diz respeito aos processos tutelares, isto é, os processos relacionados com menores, torna-se evidente que a maioria dos processos entrados, findos e pendentes são processos tutelares cíveis, isto é, que têm por objecto, por exemplo, a regulação do poder paternal ou a fixação de alimentos.

### 1.3.7. Tribunais judiciais superiores

Movimento de processos nos tribunais judiciais superiores (2006-2010)

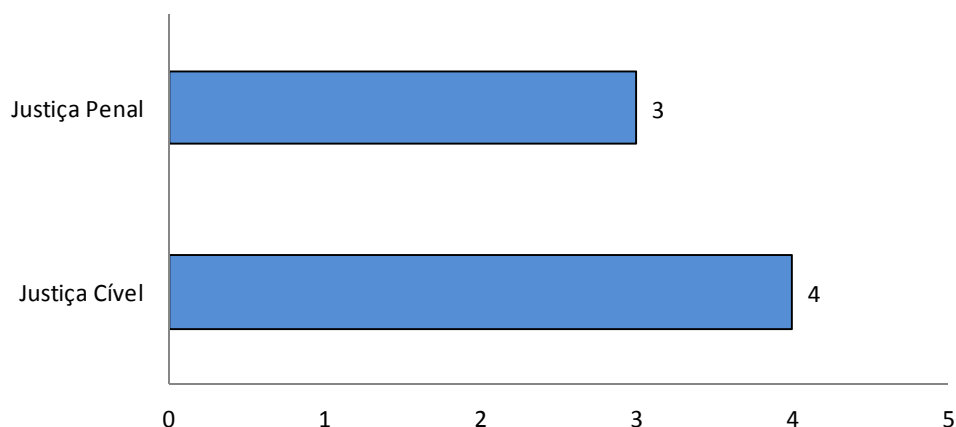


### Peso de cada área processual nos processos pendentes nos tribunais judiciais superiores (2010)



O número de processos entrados e findos nos tribunais judiciais superiores apresenta uma tendência de ligeiro aumento entre 2006 e 2009, sendo que o ano de 2010 contraria essa tendência. Já o número de processos pendentes<sup>7</sup> apresenta uma tendência muito ligeira de crescimento de 2007 a 2009, depois de uma redução considerável ocorrida entre 2006 e 2007. Esses processos pendentes são dominados em mais de 55% pelas acções cíveis, seguidas das acções penais e das acções laborais.

### Duração média (em meses) dos processos findos nos tribunais judiciais superiores (2010)



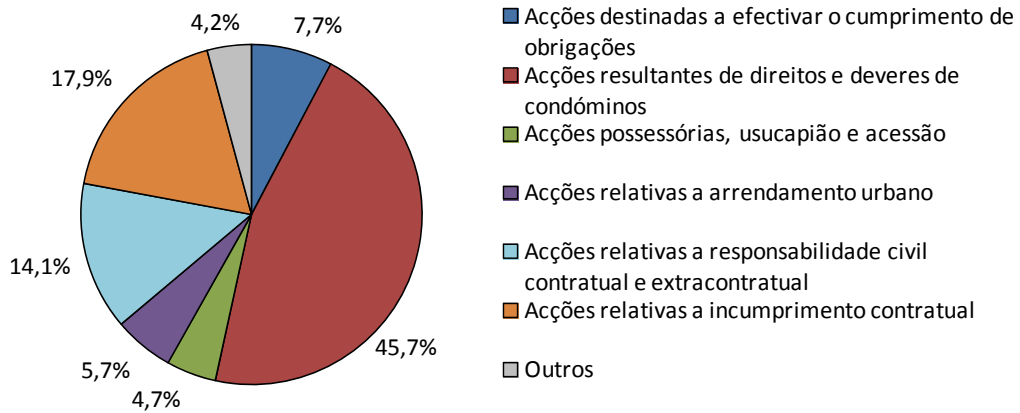
A duração média dos processos findos nos tribunais judiciais superiores apresenta um valor de 4 meses para os processos cíveis e de 3 meses para os processos penais<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> O número de processos pendentes no Supremo Tribunal de Justiça a 31 de Dezembro de 2009 foi alterado na actualização da informação de 29.4.2011, por efeito de uma recontagem de processos nas 1.ª e 6.ª Secções Cíveis desse Tribunal. O número de processos pendentes em 2009 foi corrigido de 901 para 828.

<sup>8</sup> Os recursos sociais, correspondentes à Justiça Laboral, estão incluídos na Justiça Penal ou na Justiça Cível consoante a matéria. Os recursos relativos à Justiça Tutelar não são estatisticamente caracterizados quanto à sua duração.

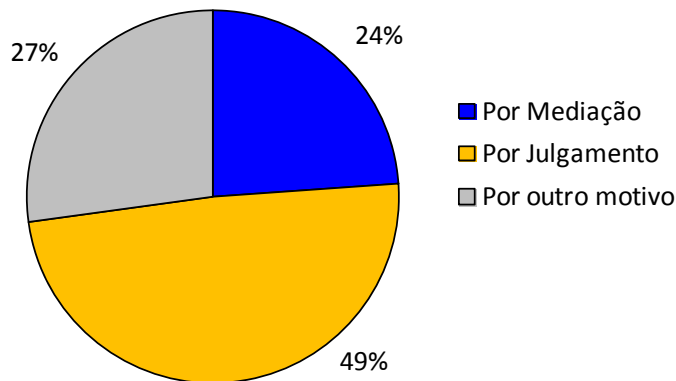
#### 1.4. Funcionamento dos julgados de paz

Processos entrados nos julgados de paz, segundo o objecto de acção (2010)



Mais de 45% das acções entradas nos julgados de paz correspondem a acções resultantes de direitos e deveres de condóminos.

Processos findos, nos julgados de paz, segundo o termo (2010)



Cerca de 50% dos processos nos julgados de paz findam por julgamento e 24% por mediação, isto é, numa fase anterior ao julgamento em que um terceiro imparcial procura facilitar o diálogo entre as partes, de forma a que estas alcancem um acordo que põe termo ao seu litígio.

#### 1.5. Funcionamento dos centros de arbitragem

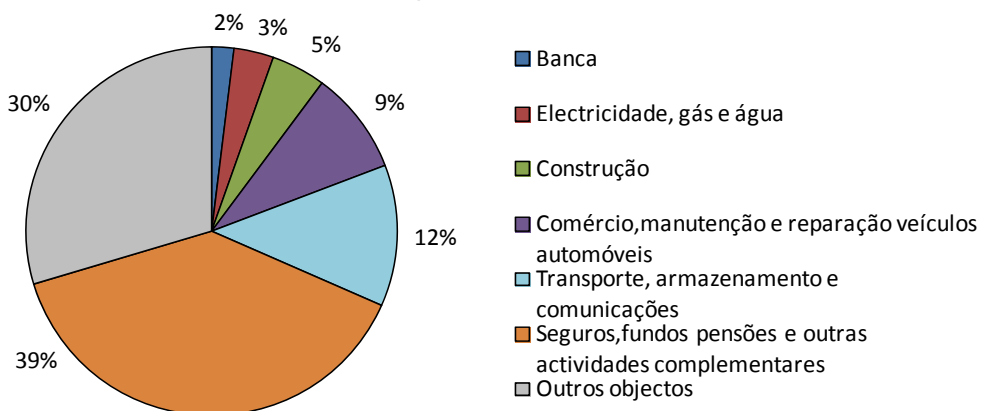
Os tribunais arbitrais são tribunais privados. As partes optam por colocar a decisão na mão de árbitros, obtendo uma sentença com o mesmo valor de uma decisão do tribunal do Estado.

Um centro de arbitragem institucionalizado é uma instituição especializada de carácter permanente, à qual as partes se dirigem para resolver um litígio, por via de tribunal arbitral.



Atendendo à relevância social dos conflitos em matéria de consumo e de acidentes de viação, o Estado apoia diversos centros de arbitragem voluntária que se dedicam a resolver conflitos nestas áreas específicas.

**Processos findos nos centros de arbitragem, segundo o objecto de litígio (2010)**

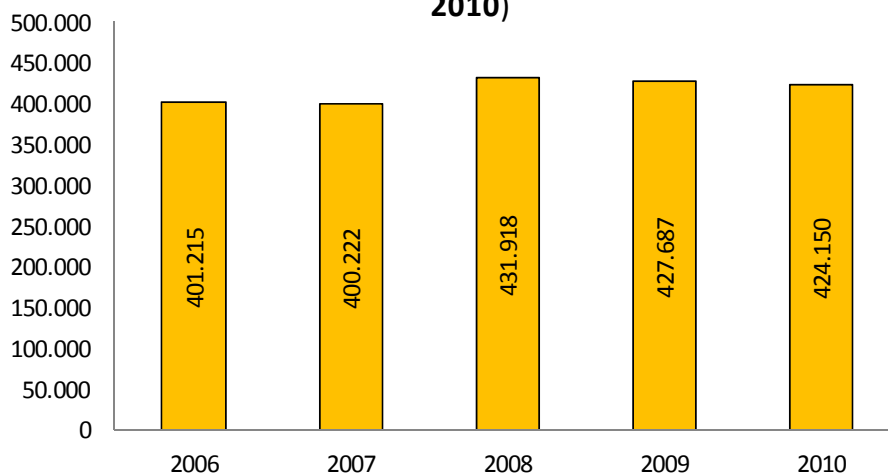


Na figura é possível observar que cerca de 40% dos processos findos nos centros de arbitragem correspondem a acções relacionadas com seguros, fundos de pensões e outras actividades complementares.

## 2. Criminalidade registada

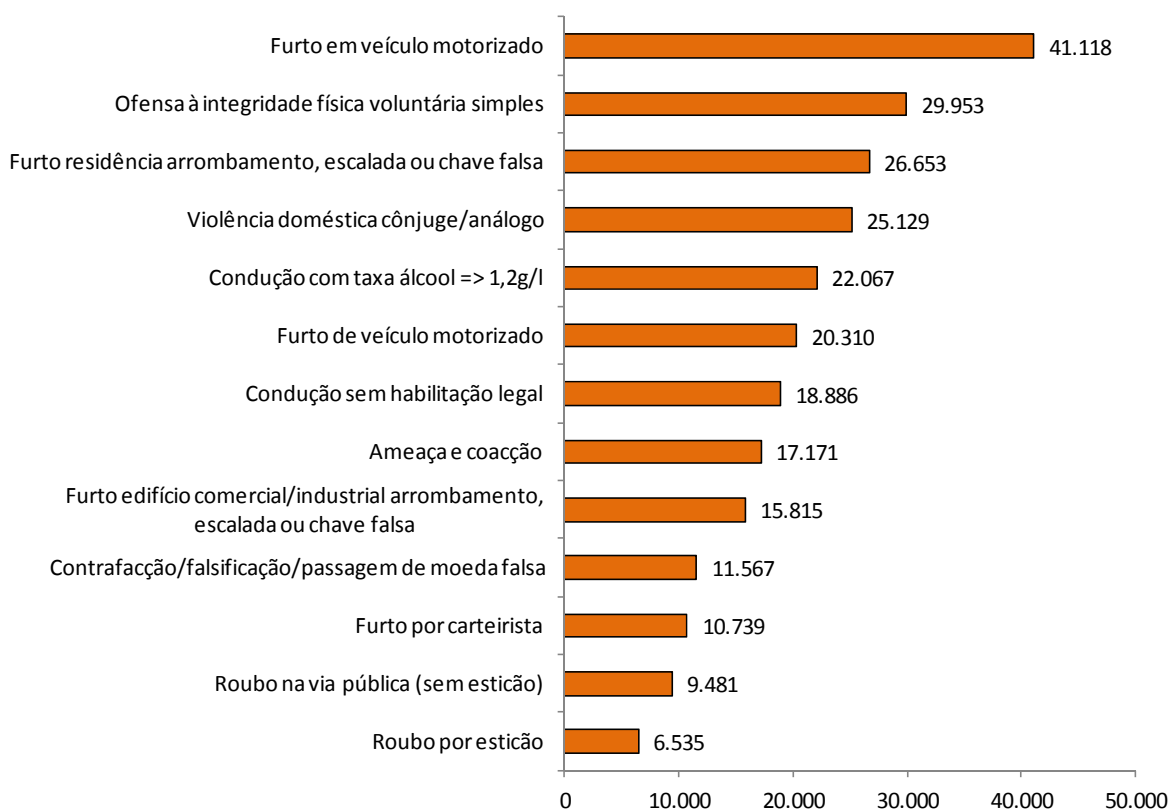
A criminalidade registada tem como objectivo determinar a evolução da criminalidade chegada ao conhecimento das autoridades policiais, consoante o tipo de crime praticado, o tipo de arma ou outros meios utilizados, bem como caracterizar o suspeito/agente e o lesado/ofendido.

**Criminalidade registada pelas autoridades policiais (2006-2010)**



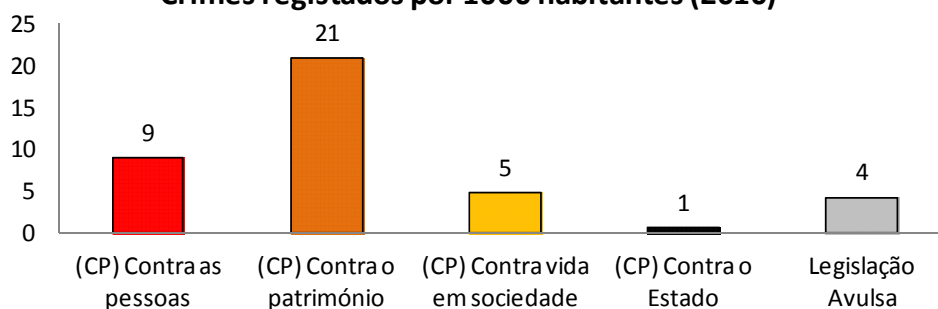
O número de crimes registados pelas autoridades policiais (Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Polícia Judiciária, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Polícia Marítima, Polícia Judiciária Militar, Direcção-Geral dos Impostos, Direcção-Geral das Alfândegas e Autoridade de Segurança Alimentar e Económica) sofre um ligeiro decréscimo a partir de 2008<sup>9</sup>.

### Alguns crimes registados pelas autoridades policiais (2010)



A figura anterior põe em destaque as categorias de crimes mais frequentes entre os crimes registados. Em 2010, verifica-se que o crime com maior número de registos por parte das forças policiais foi o de "furto em veículo motorizado", isto é furto de objectos de dentro de viaturas, seguido do crime de "ofensa à integridade física voluntária simples".

### Crimes registados por 1000 habitantes (2010)



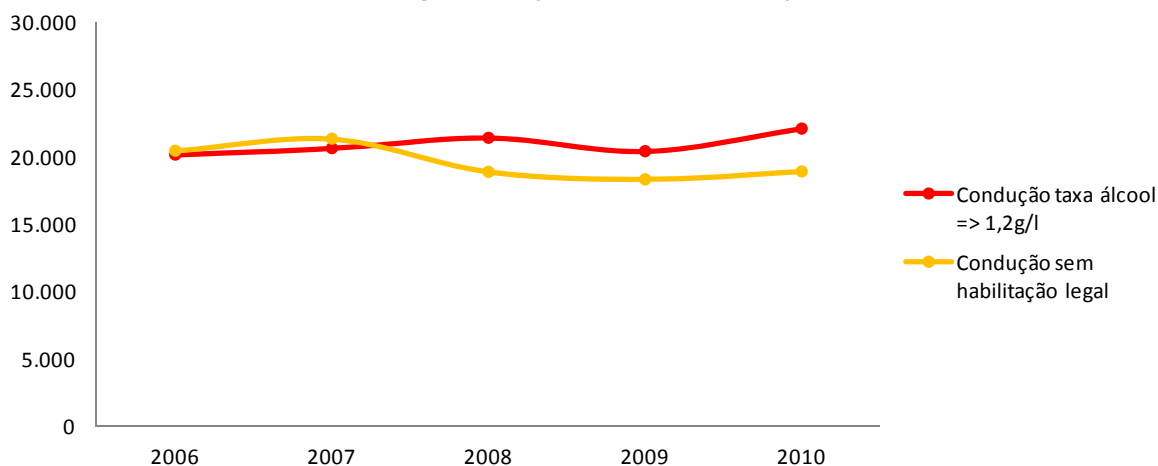
<sup>9</sup> Os dados referentes a crimes de homicídio voluntário consumado registados pela Polícia Marítima de 2005 a 2008 foram alterados por esta polícia no decurso do ano de 2009.

Fazendo incidir o foco sobre os crimes registados em 2010 por cada 1 000 habitantes, constata-se que os crimes contra o património (por exemplo, o furto e o roubo) apresentam o valor mais elevado, seguidos dos crimes contra as pessoas (por exemplo, a ofensa à integridade física). Por seu turno, o valor mais baixo reporta-se a crimes contra o Estado (por exemplo, a desobediência e a resistência e coacção sobre funcionário).

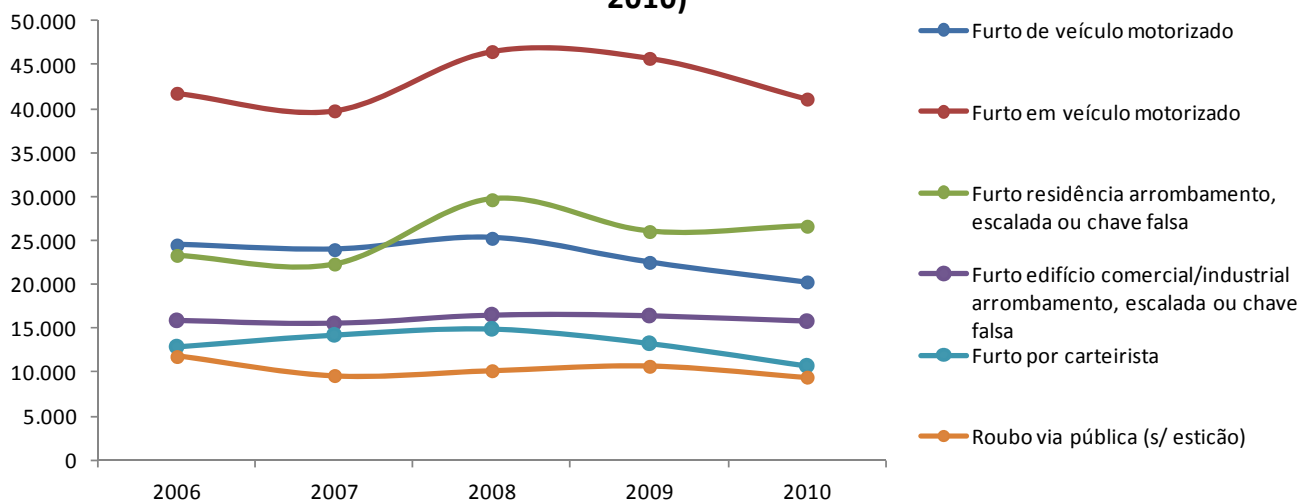
## 2.1. Evolução de alguns tipos de crimes registados

Pela sua relevância social, nomeadamente por serem comuns e dizerem directamente respeito aos cidadãos, apresenta-se a evolução dos crimes rodoviários e crimes de furto e de roubo, ao longo dos últimos anos.

**Crimes rodoviários registados pelas autoridades policiais (2006-2010)**

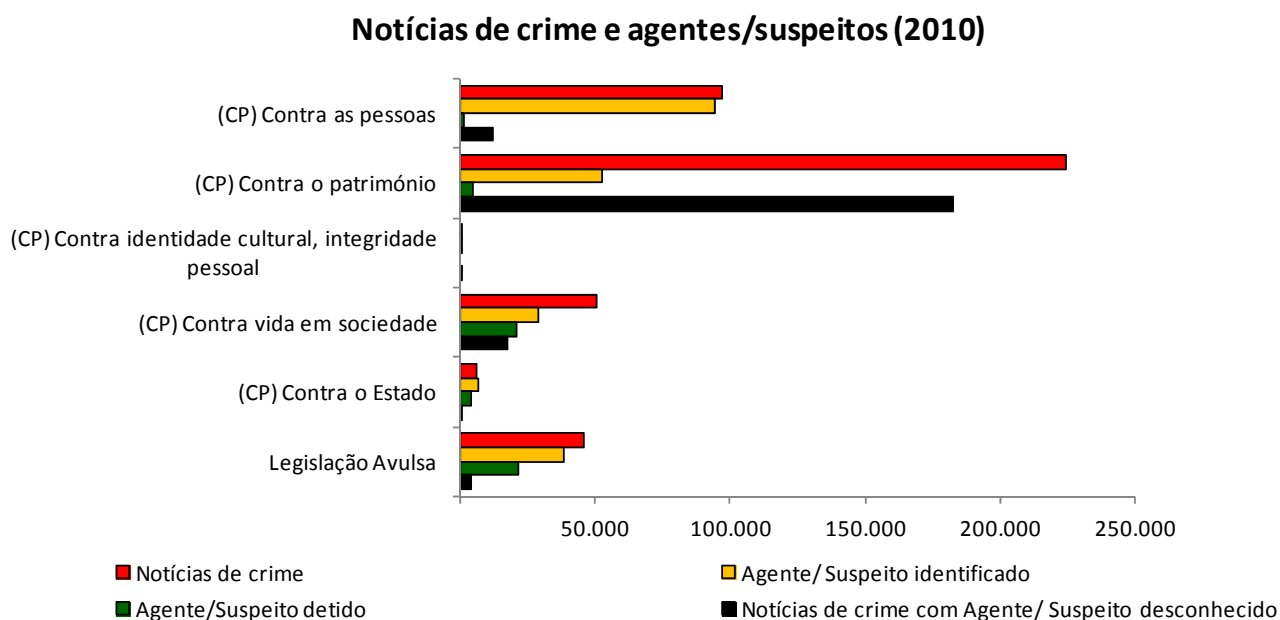


**Crimes de furto e de roubo registados pelas autoridades policiais (2006-2010)**



Não obstante as flutuações anuais registadas, a evolução dos crimes rodoviários e dos crimes de furto e roubo, entre 2006 e 2010, apresenta uma tendência para a estabilidade.

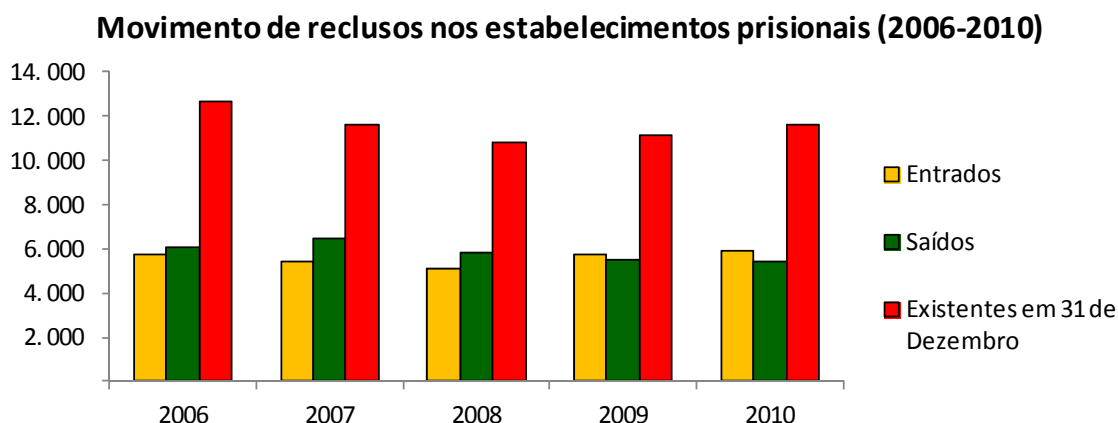
## 2.2. *Intervenientes em crimes registados e tipo de crime registado*



Verifica-se que nas notícias de crime contra o património, a maioria é com agente/suspeito<sup>10</sup> desconhecido, enquanto nos crimes contra as pessoas, o agente/suspeito é identificado.

## 3. *Cumprimento de penas e reinserção social*

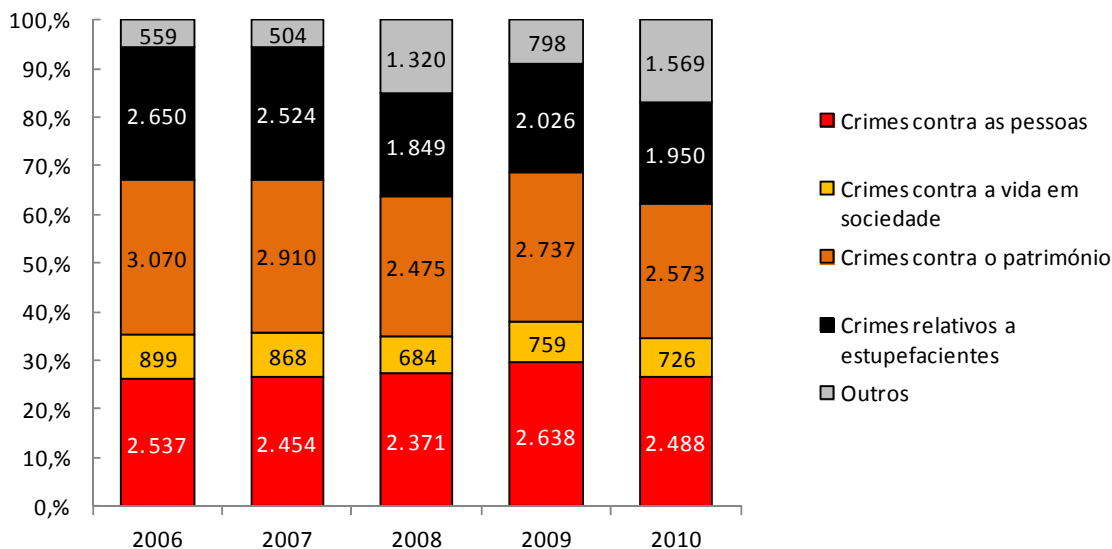
### 3.1. *Estabelecimentos prisionais*



<sup>10</sup> Considera-se agente/suspeito o indivíduo sobre quem recaem fortes indícios de ser o autor do crime, mesmo que menor de 16 anos ou incapaz.

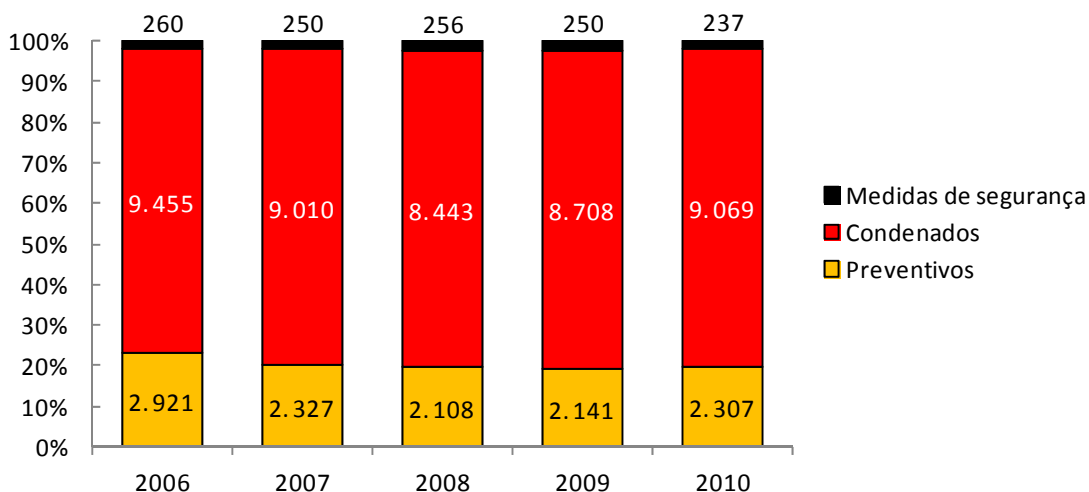
No que respeita ao movimento de reclusos nos estabelecimentos prisionais, é possível notar uma relativa estabilidade no número de entradas e saídas entre os anos de 2006 e 2010. O número total de reclusos existentes a 31 de Dezembro de cada ano apresenta, contudo, uma tendência de aumento, a partir de 2008.

### Reclusos condenados nos estabelecimentos prisionais, segundo o tipo de crime (31 de Dezembro de 2006-2010)



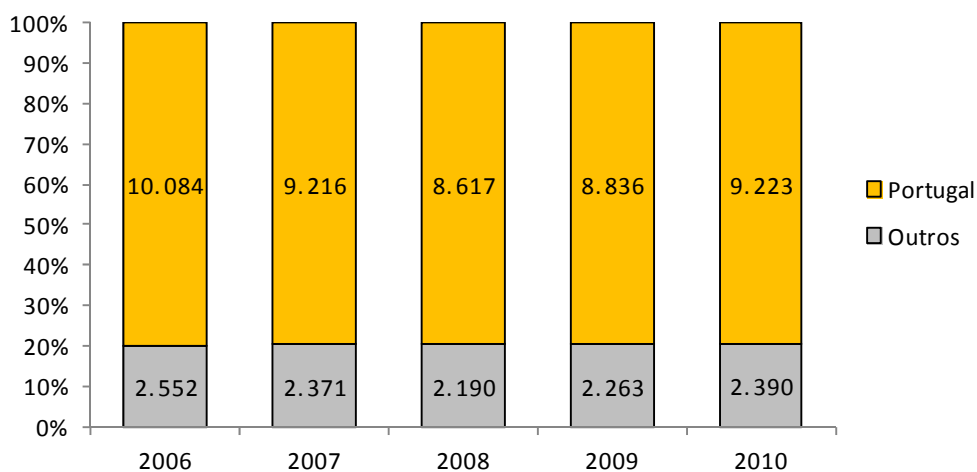
Os valores apresentados na figura anterior mantêm-se essencialmente estáveis entre 2006 e 2010. Apenas se destacam, no mesmo período, as descidas moderadas no número de reclusos condenados por crimes relativos e estupefacientes e contra o património.

### Reclusos nos estabelecimentos prisionais, segundo a situação jurídica (31 de Dezembro de 2006-2010)



A figura relativa ao número de reclusos segundo a situação jurídica permite observar uma diminuição do número de reclusos, tanto em prisão preventiva como condenados, entre 2006 e 2008. Em 2009 e 2010 essa tendência é invertida.

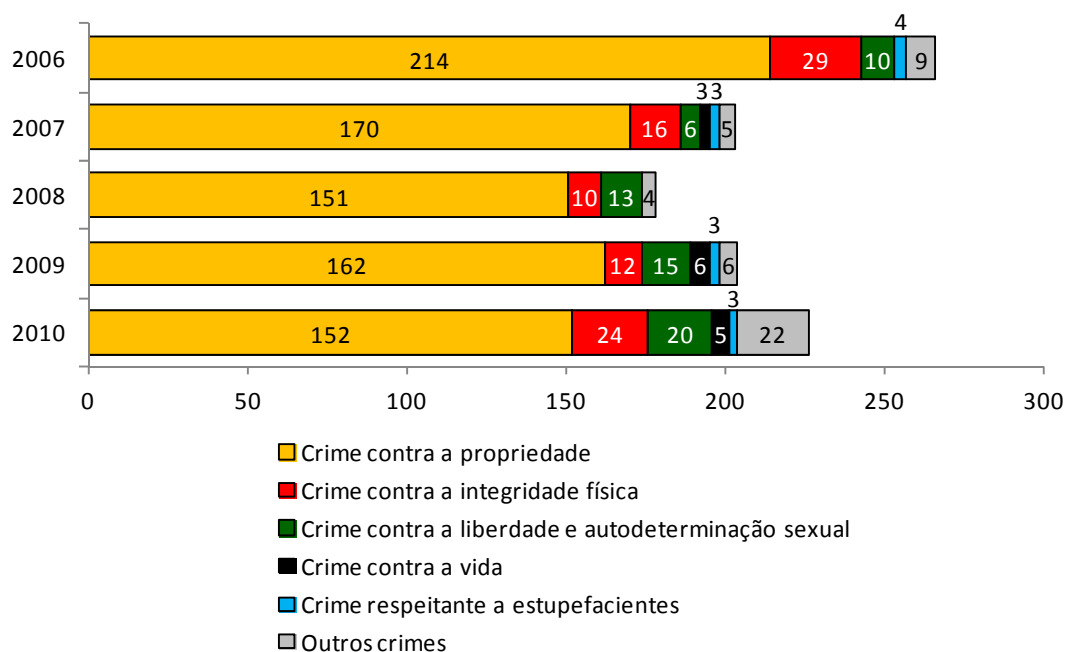
### Reclusos nos estabelecimentos prisionais, segundo o país de origem (31 de Dezembro de 2006-2010)



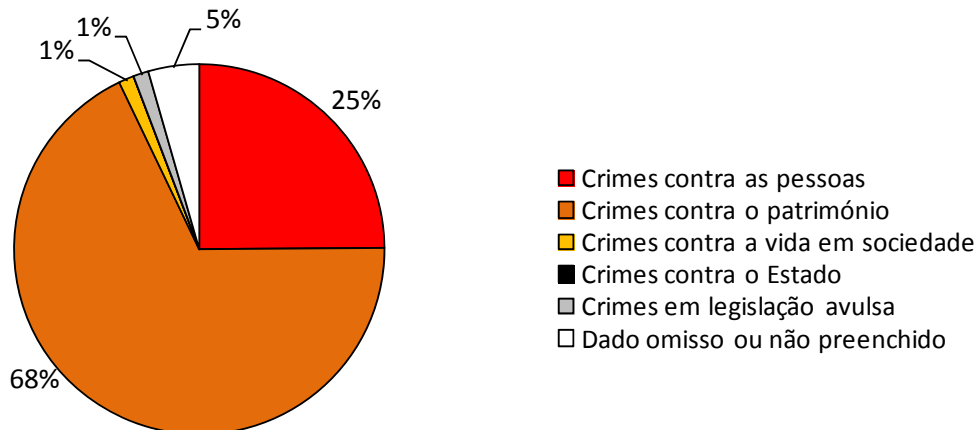
O gráfico relativo ao país de origem dos reclusos permite observar que, comparando o ano de 2006 com o ano de 2010, se operou uma redução do número quer dos reclusos portugueses, quer dos reclusos originários de outros países. A proporção cada uma destas categorias manteve-se essencialmente constante ao longo do período em análise, com cerca de 80% e 20%, respectivamente.

### 3.2. Centros educativos

#### Menores internados nos centros educativos, segundo o tipo de crime (2006-2010)

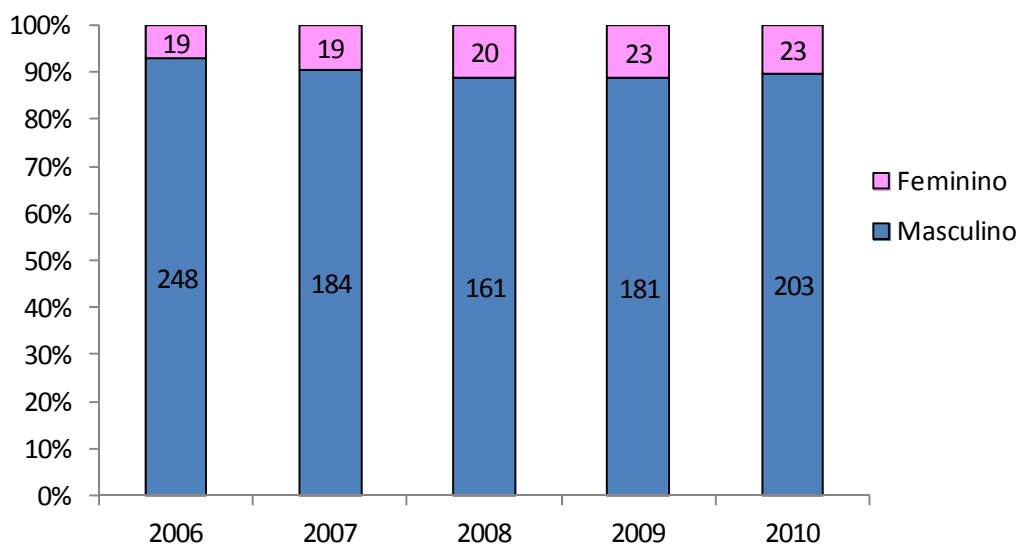


### Menores internados em centros educativos, segundo o tipo de crime (2010)



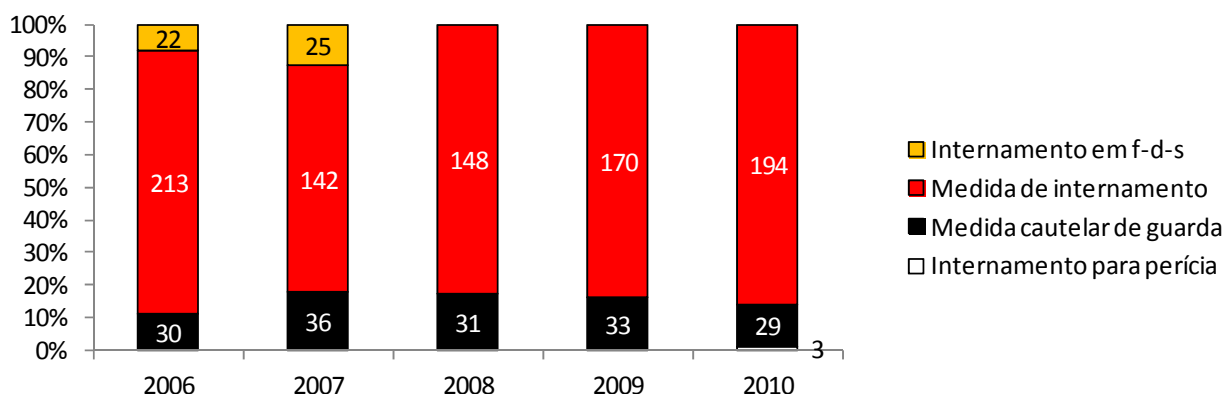
A grande maioria dos menores em centro educativo, entre 2006 e 2010, encontra-se internada pela prática de crimes contra a propriedade. Em 2010, o peso dos menores internados em centros educativos por crimes contra o património atingiu quase 70% do total.

### Menores internados em centros educativos, segundo o sexo, (2006-2010)



No que diz respeito ao sexo dos menores internados nos centros educativos, facilmente se conclui que a vasta maioria dos mesmos é do sexo masculino, em qualquer dos anos considerados na figura.

### Menores internados nos centros educativos, segundo a situação jurídica (2006-2010)

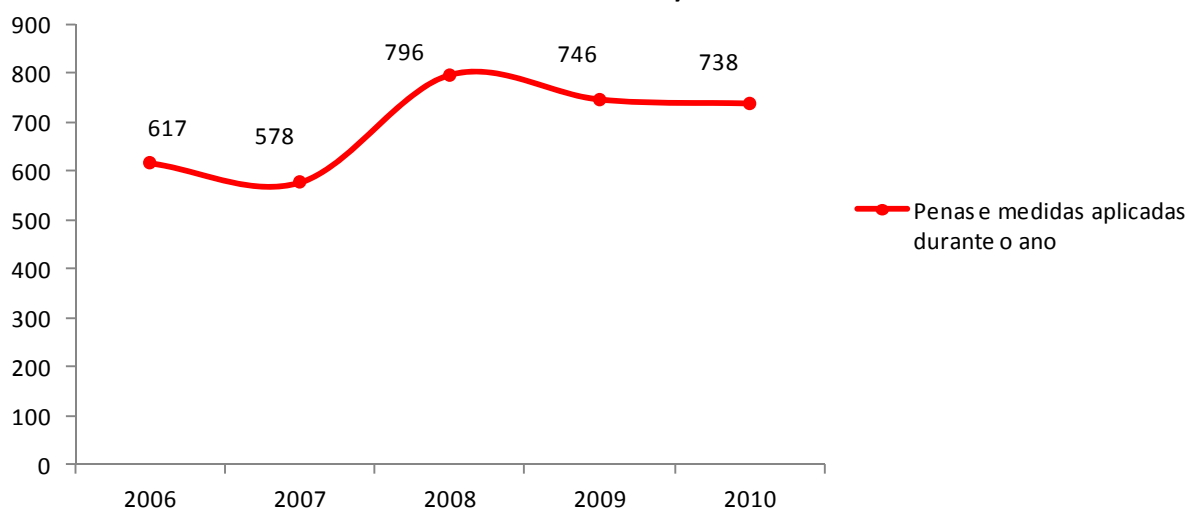


A figura anterior permite verificar que a maioria dos menores internados nos centros educativos, entre 2006 e 2010, se encontra ao abrigo de uma medida de internamento.

### 3.3. Vigilância electrónica

O sistema de vigilância electrónica, vulgarmente conhecido como “pulseira electrónica”, pode ser utilizado para fiscalizar o cumprimento da medida de coacção de permanência na habitação, o cumprimento da pena de prisão em regime de permanência na habitação e na adaptação à liberdade condicional. Pode, ainda, ser utilizado na fiscalização da proibição de contactos entre vítima e agressor, no âmbito do crime de violência doméstica.

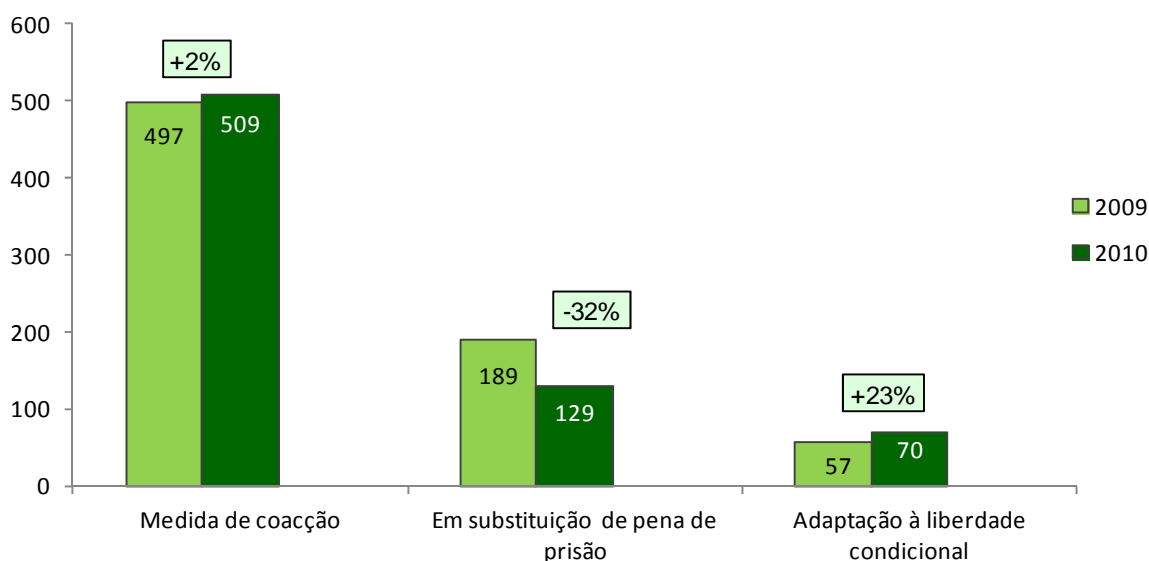
### Penas e medidas aplicadas com recurso à vigilância electrónica (2006-2010)



Considerando as penas e medidas de vigilância electrónica aplicadas durante o ano, observa-se uma tendência de aumento entre os anos de 2006 e 2010.



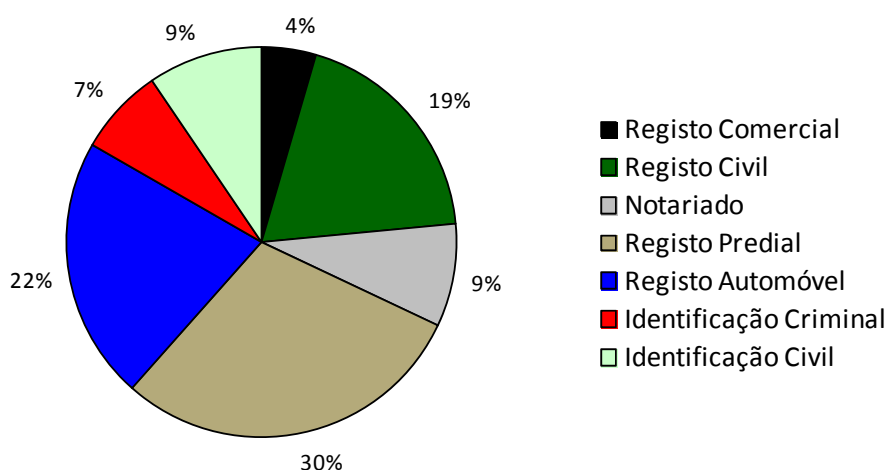
### Penas e medidas aplicadas com recurso à vigilância electrónica, segundo a situação e respectiva variação percentual (2009-2010)



Entre 2009 e 2010, verificou-se um aumento do número de medidas de coacção associadas à vigilância electrónica, uma redução do número de casos de utilização da vigilância electrónica para fiscalização do cumprimento da pena de prisão em regime de permanência na habitação e um aumento a nível da utilização da vigilância electrónica na adaptação à liberdade condicional.

#### 4. Registos e Notariado

##### Actos de registo praticados, segundo a área (2010)

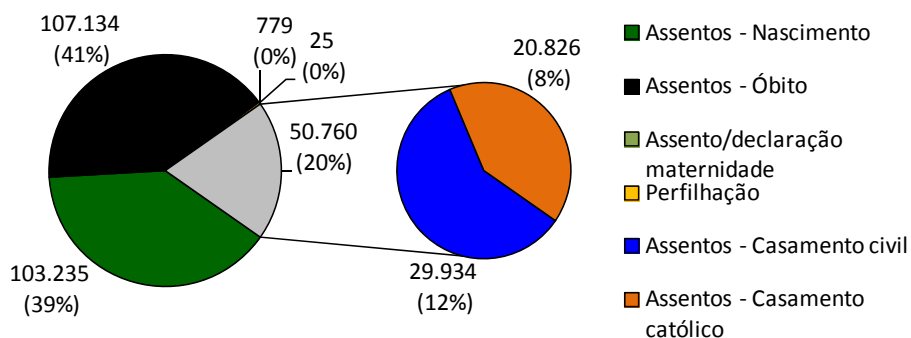


No que respeita aos actos de registo verificados em 2010, destaca-se o registo predial, com 30% do peso total de actos. Já o registo comercial apresenta o peso mais reduzido, com menos de 5%.

## 4.1. Registo Civil

### 4.1.1. Conservatórias do Registo Civil

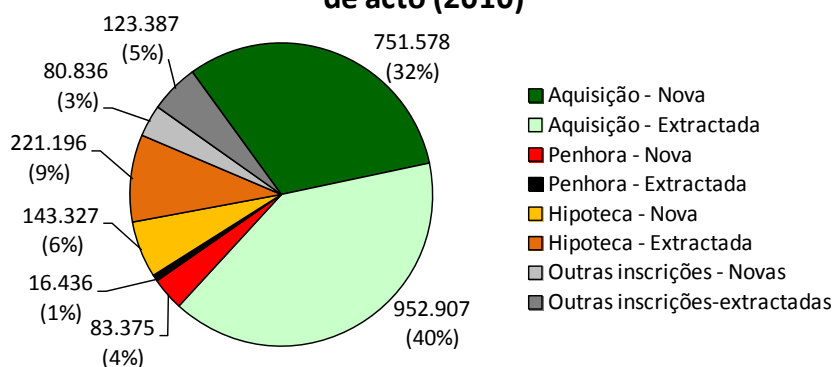
**Assentos lavrados no Registo Civil, segundo o tipo (2010)**



Em 2010, o número de assentos lavrados no registo civil é dominado pelo número de assentos de óbito e de assentos de nascimento, contribuindo cada um com cerca de 40% para o peso total.

## 4.2. Registo Predial

**Inscrições efectuadas no Registo Predial, segundo o tipo de acto (2010)**

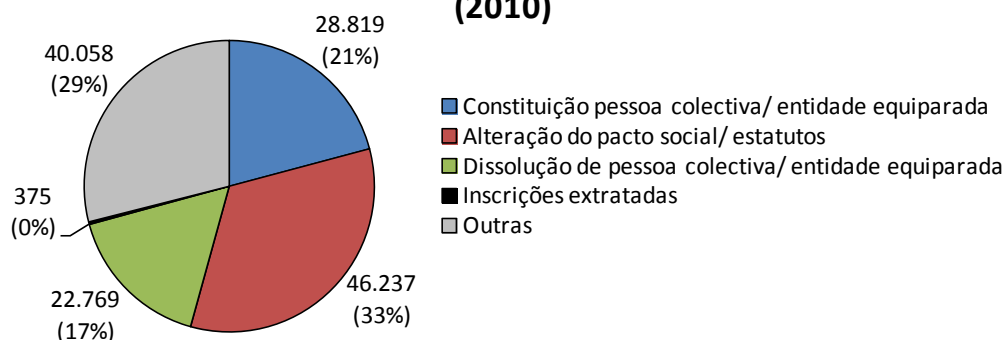


Os registos novos correspondem a actos que foram praticados em 2010. Já os registos extractados dizem respeito a actos antigos, cujo registo foi informatizado em 2010.

No registo predial, em 2010, a maioria do número de inscrições corresponde a inscrições extractadas relativas a aquisição (cerca de 40% do total).

### 4.3. Registo Comercial

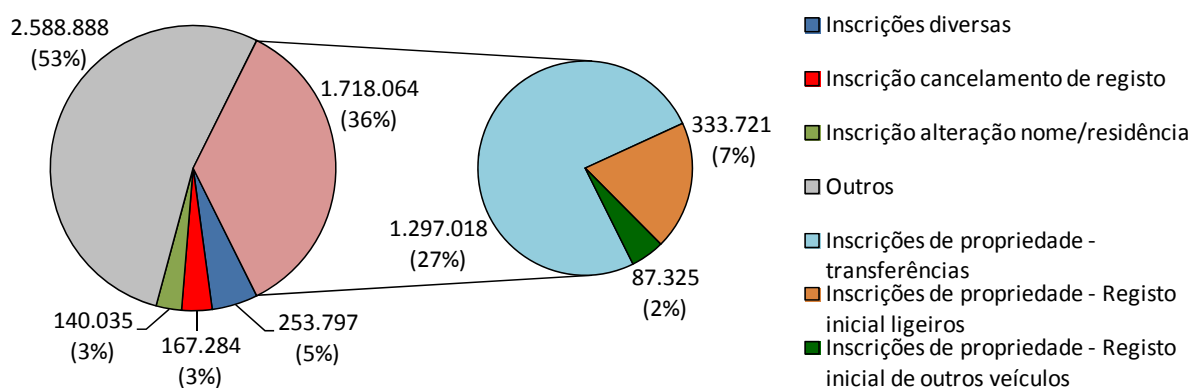
**Inscrições efectuadas no Registo comercial, segundo o tipo de acto (2010)**



No registo comercial, constata-se que 33% das inscrições respeitam a alterações ao pacto social ou aos estatutos de pessoa colectiva ou entidade equiparada, enquanto 21% das inscrições se referem a constituição de pessoa colectiva ou entidade equiparada.

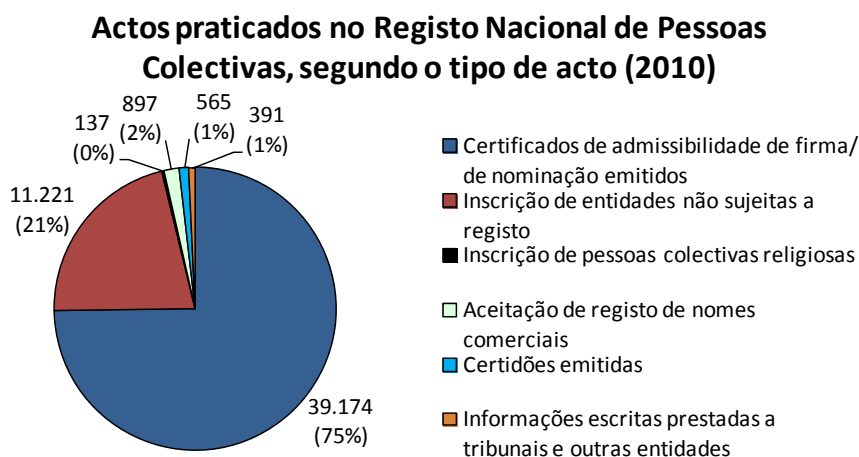
### 4.4. Registo Automóvel

**Actos praticados no Registo Automóvel, segundo o tipo de acto (2010)**



Não considerando a categoria “outros”, que inclui certidões e fotocópias, o tipo de actos mais comum no âmbito do registo predial, em 2010, é a inscrição de propriedade, com 36% do peso total de actos.

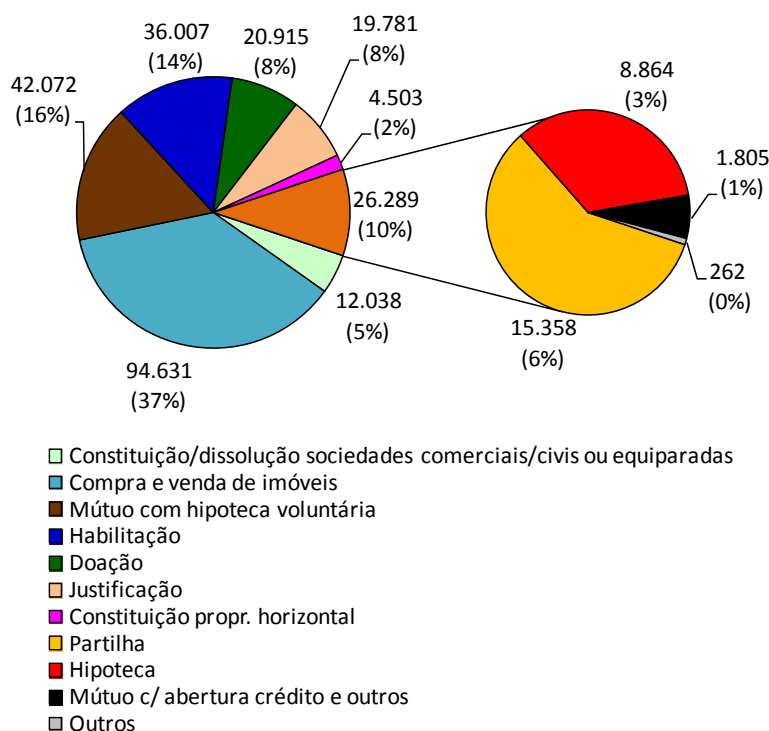
#### 4.5. Registo Nacional de Pessoas Colectivas



No Registo Nacional de Pessoas Colectivas, em 2010, o tipo de acto mais praticado corresponde à emissão de certificados de admissibilidade de firma ou denominação, com um peso de cerca de 75% no total de actos.

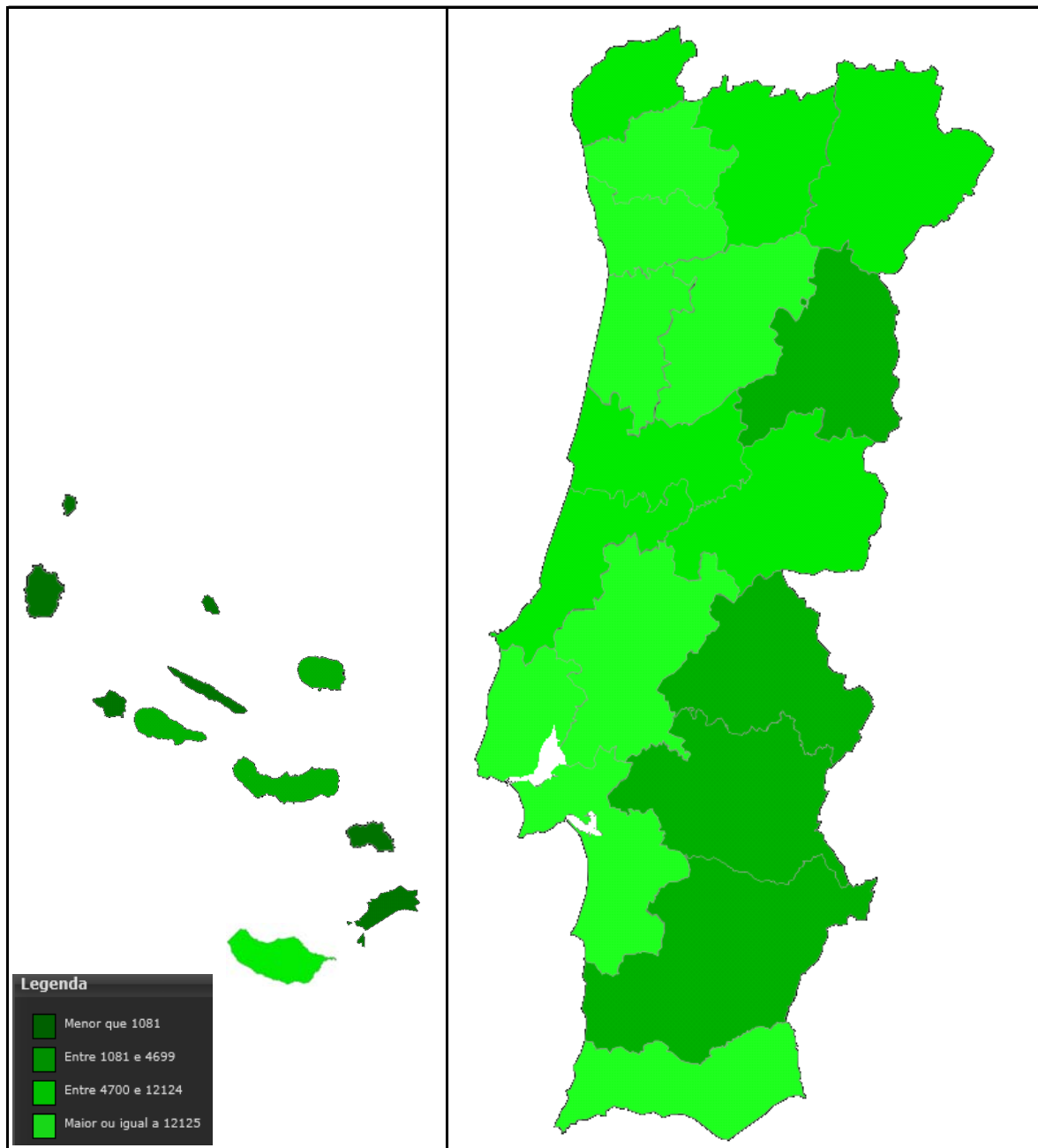
#### 4.6. Notariado

**Principais actos praticados por escritura pública (2010)**



O principal acto de notariado praticado por escritura pública é o acto de compra e venda de imóveis, cujo número ascende, em 2010, a 94 631, seguido do acto de mútuo com hipoteca voluntária, com um valor de 42 072.

### Principais actos praticados por escritura pública, segundo o distrito (2010)



A observação da distribuição geográfica dos principais actos por escritura pública permite concluir que existe uma tendência para maiores volumes nos distritos mais populosos.

## **NOTA TÉCNICA**

### **Processos pendentes:**

Os processos pendentes correspondem a processos que, tendo entrado, ainda não findaram, ou seja, não tiveram decisão final. Os processos pendentes são assim processos que aguardam a prática de actos ou de diligências pelo tribunal, pelas partes ou por outras entidades, podendo ainda em certos tipos de processos aguardar a ocorrência de determinados factos ou o decurso de um prazo. Um processo suspenso é, por exemplo, um processo pendente, qualquer que seja a causa da suspensão.

### **Processos findos:**

Entende-se por processo findo o processo em que é proferida decisão final, na forma de acórdão, sentença ou despacho na respectiva instância, independentemente do trânsito em julgado. São ainda considerados findos, numa determinada unidade orgânica, os processos transferidos ou remetidos a outra unidade orgânica, na qual são dados como entrados.

### **Duração média dos processos findos:**

A duração média dos processos findos corresponde ao tempo que medeia entre a data da entrada do processo e a data da decisão final (acórdão, sentença ou despacho) na instância respectiva, independentemente do trânsito em julgado. Na área da Justiça Penal é considerada apenas a duração da fase de julgamento. Na área da Justiça Tutelar, a duração dos processos de promoção e protecção e dos processos tutelares educativos diz respeito à fase de aplicação de 1.ª medida. De realçar que no caso dos processos transferidos, apensados ou incorporados, o cálculo da duração dos processos é feita por comparação da data de termo com a data de início no primeiro tribunal onde o processo foi originalmente apresentado.

### **Saldo processual:**

O saldo processual corresponde à diferença entre o número de processos entrados e o número de processos findos.